



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO**

LEI MUNICIPAL Nº 1.224, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

**INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE
CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PACAJUS/CE, DAVANILSON JOSÉ PINHEIRO LEITE,
no uso das atribuições, faço saber que a Câmara Municipal de Pacajus, aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura com duração de 10 dez anos, constante
no anexo desta Lei regido pelos seguintes princípios:

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias da formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Art. 2º. São objetivos do Plano Municipal de Cultura.

- I - regulamentar, manter e aperfeiçoar o Sistema Municipal de Cultura garantindo ampla participação social na gestão de suas políticas;
- II – identificar, proteger, valorizar e difundir o patrimônio cultural de Pacajus;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO

- III - promover a cultura como um dos eixos centrais do desenvolvimento socioeconômico sustentável de Pacajus;
- IV - promover a formação contínua em arte e cultura contemplando as linguagens artísticas e os profissionais da cultura nos territórios ita cidade,
- V - desenvolver uma comunicação pública específica para a cultura, valorizando a construção coletiva de fazeres e saberes;
- VI - descentralizar territorialmente as políticas públicas do Município.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 3º. São atribuições do poder público municipal.

- I - assegurar até 3% (três por cento) do orçamento público anual da Prefeitura de Pacajus para a Secretaria de Cultura de Pacajus (SECULT);
- II - consolidar e promover o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura conforme Lei nº 266 de 13 de maio de 2013;
- III - criar e manter o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;
- IV - fomentar a difusão, circulação e consumo de bens culturais produzidos nas diversas linguagens, repercutindo no cotidiano da cidade;
- V - institucionalizar parcerias estratégicas da Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus com os demais órgãos municipais, em especial com a Secretaria Municipal de Educação para o planejamento a desenvolvimento de políticas e ações nos diversos campos do saber;
- VI - estimular a prática social de preservação, proteção e sensibilização patrimonial nos diferentes segmentos sociais, considerando os aspectos legais as referências culturais, a difusão e valorização do patrimônio cultural;
- VII - realizar o mapeamento cultural de Pacajus como um instrumento indispensável para o reconhecimento do patrimônio e práticas culturais, cos espaços públicos, do universo simbólico, das manifestações nos diversas segmentos e linguagens artísticas;
- VIII - promover a realização da formação básica a profissionalizante, no ensino formal e informai, voltados para a qualificação de artistas, gestores e do publica em geral;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO

IX - valorizar grupos culturais que trabalham com os conceitos de criação colaborativa, direitos autorais, não restritivos ou direitos livres, novos processos de produção e distribuição, entre outros, que colaborem com a maior acessibilidade do público a bens e serviços culturais;

X - viabilizar meios de comunicação que divulguem ampla e democraticamente as ações culturais do Município;

XI - estimular e fomentar a comunicação alternativa, livre e popular que viabilize um programa continuado de formação de jovens e adultos, incentivando a criação e veículos de comunicação independentes;

XII - criar, reestruturar e manter equipamentos culturais, com efetiva política de acessibilidade, oferecendo aos seus visitantes uma variada programação diária e gratuita, enquanto dedica-se a formação de públicos;

XIII - garantir a realização de amplo calendário cultural com exposições, cursos, bienais, simpósios, feiras, mostras debates, possibilitando formação circulação, difusão e troca de experiências entre comunidade artísticas e o público em geral;

XIV – descentralizar a política cultural do Município assegurando a realização de atividades artísticas nas Regionais;

XV - garantir acessibilidade dos bens e equipamentos culturais às pessoas com deficiência e necessidades especiais.

Art. 4º. São atribuições do Comité Executivo do Plano Municipal de Cultura:

I - Formular políticas públicas e programas que conduzam a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;

II - Garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Municipal de Cultura e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis.

§1º. O Sistema Municipal de Cultura SMC, criado por lei específica, será o principal articulador federativo do PMC, estabelecendo mecanismos de gesto compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO

§2º. Poderão colaborar com o Plano Municipal de Cultura, em caráter voluntário outros entes, públicos e privados, tais como empresas, organizações corporativas e sindicais organizações da sociedade civil fundações, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a garantia dos princípios, objetivos, diretrizes e metas do PMC, estabelecendo termos de adesão específicos;

§3º. A Secretaria de Cultura e Turismo exercerá a função de coordenação executiva no Plano Municipal de Cultura PMC conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pela implantação do Sistema Nacional de Informações, Censo Pró-SIEC e o Mapa Cultural de Pacajus e Indicadores Culturais SNIIC, pelo estabelecimento de metas pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.

CAPÍTULO III - DO FINANCIAMENTO

Art. 5º. Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias as leis orçamentárias do Município e dos entes da federação disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 6º. O Plano Municipal de Cultura será financiado pelo Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SMFC instituído pela Lei nº 266 de 13 de maio de 2013).

§1º. Compete ao SMFC apoiar e incentivar as diversas manifestações culturais a artísticas locais de modo efetivo, sistemático, democrático e continuado.

§2º. O SMFC é constituído por investimentos diretos ou captação de recursos.

Art. 7º. O Fundo Municipal de Cultura, por meio de seus editais, será o principal mecanismo de fomento as políticas culturais.

Art. 8º. A alocação de recursos públicos federais e estaduais destinados às ações culturais no Município deverá observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Os recursos transferidos ao Município deverão ser aplicados por meio do Fundo Municipal de Cultura, que será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, na forma do regulamento.

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, na condição de coordenadora executiva do Plano Municipal de Cultura deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO IV - DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 10. Compete a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo monitorar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura com base em indicadores nacionais regionais e locais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdo, os níveis de trabalho renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultura equipamentos culturais e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Parágrafo único. O processo de monitoramento e avaliação do PMC contará com a participação do Conselho Municipal de Política Cultural tendo o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais de institutos de pesquisa, de universidades de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo contribuirá com o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais SNIIC cujos objetivos e características estão descritos nos artigos 9º e 10º da Lei 12. 343, de 2 de dezembro de 2010 que institui o Plano Nacional de Cultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Plano Municipal de Cultura será revisto periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas.

Parágrafo único. A primeira revisão do Plano será realizada após 4 (quatro) anos da promulgação desta Lei assegurada a participação do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e de ampla representação do poder público e da sociedade civil, na forma do regulamento. A primeira revisão do Plano será realizada após 2 (dois) anos da promulgação desta Lei assegurada a participação do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e de ampla representação do poder público e da sociedade civil, na forma do regulamento.

Art. 13. O processo de revisão das diretrizes e estabelecimento de metas para o Plano Municipal de Cultura PMC será desenvolvido pelo Comitê Executivo do Plano Municipal de Cultura.

§1º. O Comitê Executivo será composto por membros indicados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e pelo Conselho Municipal de Política Cultural e pelos entes que aderirem ao Plano Nacional de Cultura - PNC e do setor cultural.

§2º. As metas de desenvolvimento institucional e cultural para os 10 (dez) anos de vigência do Plano serão fixadas pela Coordenação Executiva do Plano Municipal de Cultura - PMC a partir de subsídios do Sistema Nacional de Informações, do Mapa Cultural de Pacajus e Indicadores Culturais SNIIC e serão publicadas em 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 14. O município e os entes da federação que aderirem ao Plano Nacional de Cultura deverão dar ampla publicidade e transparência ao seu conteúdo bem como à realização de suas diretrizes e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art. 15. A Conferência Municipal de Cultura e as Conferências setoriais e territoriais serão realizadas pelo Poder Executivo Municipal, para o debate de estratégias e o estabelecimento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO

cooperação entre os agentes públicos e a sociedade civil para a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Parágrafo único. Fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a realização da Conferência Municipal de Cultura e de conferências setoriais e territoriais, cabendo aos demais entes federados a realização de conferências Estadual e Nacional para debater estratégias e estabelecer a cooperação entre os agentes públicos e da sociedade civil para a implantação do Plano Municipal de Cultura e dos demais planos.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS, 23 DE DEZEMBRO DE 2024.



DAVANILSON JOSÉ PINHEIRO LEITE
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PACAJUS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS-CE
GABINETE DO PREFEITO**

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 1.640, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PACAJUS, ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe confere o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço Municipal desta Prefeitura e da Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, a **LEI MUNICIPAL Nº 1.224, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024**, que **INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CUMPRA-SE.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS, 23 DE DEZEMBRO DE 2024.



DAVANILSON JOSÉ PINHEIRO LEITE
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PACAJUS



PACAJUS

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

PLANO MUNICIPAL
DE CULTURA

2024 - 2034

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	9
1. Aspectos Gerais.....	9
2. Pacajus e sua história	10
3. Uma Introdução ao Plano Municipal de Cultura.....	13
CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA CULTURAL DE PACAJUS	14
2.1. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA CULTURA.....	15
2.1.1. Sistema Municipal de Cultura	15
2.1.2. Conferências Municipais de Cultura	15
2.1.3. Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus.....	16
2.1.4. Conselho Municipal de Política Cultural	16
2.1.5. Sistema Municipal de Financiamento à Cultura	16
2.1.6. Plano Plurianual Participativo	16
2.1.7. Lei Orçamentária Anual (LOA).....	17
2.1.8. Política Nacional Aldir Blanc.....	17
2.1.9. Novo ProSIEC - Transferência fundo a fundo Ordinária – 2024.....	17
2.1.10. Articulação Institucional	18
2.1.11. Equipamentos Culturais	18
2.1.11.1. Biblioteca.....	18
2.1.11.2. Espaço MULTART	18
2.1.12. Calendário Cultural, Histórico e de Eventos de Pacajus	19
2.1.13. Organograma Institucional	20
2.2. DIAGNÓSTICO DAS LINGUAGENS E PRÁTICAS CULTURAIS	20
2.2.1. Artes Visuais	21
2.2.2. Audiovisual.....	21
2.2.3. CULTURA POPULAR TRADICIONAL.....	23
2.2.3.1. COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BASE.....	26
2.2.4. ARTES CÊNICAS.....	29
2.2.5. Fotografia	30
2.2.6. Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca	31
2.2.7. Música	33



2.2.8. Comunicação.....	33
2.2.9. Design e Moda.	34
2.2.10. OSCS	34
2.2.11. Patrimônio Cultural.....	35
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	40
CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO.....	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO III - DO FINANCIAMENTO	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO IV - DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
DOS DESAFIOS, DIRETRIZES, OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS, METAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES.....	40
CAPÍTULO I - DESAFIOS	40
CAPÍTULO II - DIRETRIZES	41
1. PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL	41
2. EDUCAÇÃO, ACESSO E CIDADANIA	41
3. ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	42
4. GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA	42
CAPÍTULO III - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	42
CAPÍTULO IV - METAS.....	43
CAPÍTULO V - ESTRATÉGIAS E AÇÕES.....	55



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS

Prefeito

Davanilson Pinheiro Leite Filho

Secretário de Cultura e Turismo

Eduardo Freddi Filho

Secretário Executivo de Cultura e Turismo

Ângelo Mozart Freire

Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural

Antônio Alexandre Fernandes Paixão

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS – DURANTE A ELABORAÇÃO DO PLANO

CULTURA

Titular: Marcos Alan Cosmo de Oliveira

Suplente: Jeckson Vieira da Silva

EDUCAÇÃO

Titular: Jonathan Carvalho Lino

Suplente: Marcia da Costa Viana

ESPORTE E JUVENTUDE

Titular: Francisco Evandro Freire

Suplente: Cecil Pires

PROTEÇÃO SOCIAL

Titular: Leivson Cordeiro Dantas

Suplente: Maria Lucivânia Freitas Lima

SEINFRA

Titular: Jonas Rodrigues Pinheiro

Suplente: Brunna Hellen Nogueira Barbosa

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Titular: Josiane Maria Gomes de Carvalho

Suplente: Maria Daniela Matias da Silva

MEIO AMBIENTE

Titular: Yasmim Nogueira Menezes

Suplente: Angélica Carvalho Nepomuceno



SAÚDE

Titular: Marcia Mariella Estevam

Suplente: Claudia Moreira Aguiar

ADM FINANÇAS

Titular: Regilânia Maria Oliveira Pinheiro

Suplente: Francisca Edivânia da Silva

SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Walber de Sousa Moura

Suplente: Moises Francisco de Sousa Filho

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – DURANTE A REALIZAÇÃO DO PLANO

SEGMENTO DO ARTESANATO

Titular: Antônio Marques Lucas Pimenta

Suplente: Abgail Marrocos Silva

SEGMENTO DA MÚSICA

Titular: Rafael Ribeiro da Silva

Suplente: Aleffer da Silva Moraes

SEGMENTO DAS OSCS

Titular: ONG AICC – Associação Integrando e Construindo o Conhecimento

Suplente: ABCAI – Associação Beneficente da Criança e do Adolescente e do Idoso do bairro Buriti e Adjacências

SEGMENTO DO DESIGN E MODA

Titular: Ryan Felix da Silva

Suplente: Francisca Maria da Silva

SEGMENTO DO AUDIO VISUAL E ARTES VISUAIS

Titular: Carlos Andresson Inácio da Silva

Suplente: Alexsandro Paiva da Silva

SEGMENTO DA CULTURA POPULAR TRADICIONAL

Titular: Tais Leno Rodrigues da Silva

Suplente: José Edson Pereira

SEGMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Titular: Antônio Henrique Dias da Silva

Suplente: Maria Samilly Lopes da Silva

SEGMENTO DO LIVRO E LITERATURA

Titular: Maria Elzilene Moreira Nóbrega e Oliveira

Suplente: Antônio Alexandre Fernandes Paixão



SEGMENTO DA COMUNICAÇÃO E CULTURA DIGITAL**Titular:** Paulo George Lucas Correia**Suplente:** Carlos Alberto Sousa da Silva**SEGMENTO DAS ARTES CÊNICAS E AUDIOVISUAL****Titular:** Antônio Lindemberg Brasil de Oliveira**Suplente:** José Magno de Carvalho Sousa**REDAÇÃO FINAL**

Francisco Edson Freitas e Ângelo Mozart Freire

REVISÃO E REORGANIZAÇÃO

Secretaria de Cultura e Turismo

Conselho Municipal de Política Cultural

COLABORADORES – ARTISTAS E FAZEDORES DE CULTURA

NOME	SEGMENTO
MARIA EDILELE M. BRITO	SECULT
FRANCISCO EDSON FREITAS	SECULT
JECKSON VIEIRA DA SILVA	SECULT
ÂNGELO MOZART FREIRE	SECULT
JESSICA EMANUELLA DUARTE	SECULT
ANTÔNIO ALEXANDRE FERNANDES PAIXÃO	CULTURA POPULAR
JOÃO ARLESON DA SILVA	CULTURA POPULAR
LEIVSON CORDEIRO DANTAS	PROTEÇÃO SOCIAL
ANTONIO LINDEMBERG BRASIL DE OLIVEIRA	TEATRO
RAIANE MORAES DE SOUSA	ARTESANATO
PAULO GEORGE LUCAS CORREIA	COMUNICAÇÃO DIGITAL
PATRICIO RAMOM TEIXEIRA	TEATRO E CULTURA DA INFÂNCIA
JOSÉ MAGNO DE CARVALHO	ARTES CÊNICAS E AUDIO VISUAL
MARIA LUCIA GOMES	ABCAI
FRANCISCO ALAN LOPES DA SILVA	LEAL ILUSTRA
LETICIA HELLEN DA COSTA SILVA	LEAL ILUSTRA
ALEFFER DA SILVA MORAIS	PRODUTOR/MUSICA
RAFAEL RIBEIRO DA SILVA	MUSICA
ALEXANDRE RILCKER	SECULT
MARIA AMANDA RIBEIRO DE LIMA	MODA
MIRO LEANDRO F. GOMES	AUDIOVISUAL
ANDERSON FRANCISCO NETO	AUDIOVISUAL
MARIA LUCIVANIA FREITAS DE LIMA	SMPS
FRANCISCO FABIO	SECULT/CE
CLEMESON LOPES	COMUNICAÇÃO
JOSÉ WELLINGTON	CAPOEIRA

ANDRÉ FELIPE DE LIMA	CAPOEIRA - GAEL
DULCILENE	CULTURA POPULAR
ANA JULIA DA SILVA	CULTURA POPULAR
ANTONIA RAISSA LUCIANO DE OLIVEIRA	CULTURA POPULAR
LARA LAIS OLIVEIRA MAIA	CULTURA POPULAR
FRANCISCO KALIL DA SILVA	TEATRO
FRANCISCO NAGILO DE QUEIROZ	TEATRO
FRANCISCO KAYNAN BERMADINO	CULT.POPILAR
SILVIA MARIA DE PAIVA	ONG AICC
ADAUTO MORAIS	CULTURA POPULAR
DHEISON DE OLIVEIRA SANTOS	DEMAIS AREAS
JOSÉ EDSON PEREIRA	CAVALGADA
NAZARÉ DA COSTA	CAVALGADA
TAISLENO RODRIGUES DA SILVA	REISADO/PASTORIL
ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA	AUDIO VISUAL
ELZILENE NÓBREGA	LIVRO/LEITURA
ANTONIO HENRIQUE DIAS DA SILVA	COMUNIDADE QUILOMBOLA (BASE)
CLEIDIANE DA SILVA PAULA	COMUNIDADE QUILOMBOLA (BASE)
ALEXSANDRO PAIVA DA SILVA	AUDIOVISUAL
ROSEANA MORAES DE SOUSA	ARTESANATO
HENRIQUE DIAS DA SILVA	QUILOMBOLO - BASE
RYAN FELIX DA SILVA	DESIGN E MODA
ANA CELIA TAVARES RAMOS	PATRIMÔNIO
JOSÉ VALDIR GOMES BEZERRA	LITERATURA
GEIMISON FALCÃO DE LIMA	MESTRE EM ENSINO DE HISTÓRIA
JOSÉ EDSON PEREIRA	CAVALGADA



APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Cultura de Pacajus busca definir as políticas públicas culturais de curto, médio e longo prazo no período de 2024 a 2034 e que garantam a proteção e promoção dos direitos culturais e da cultura em todo o município, o acesso à produção e à apropriação da cultura, à valorização da cultura como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão e o acompanhamento e avaliação das políticas culturais. O município de Pacajus conta atualmente com a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo, e conta com o apoio do Conselho Municipal de Política Cultural em plena atividade desde sua criação no ano de 2022. Assim, a partir da aprovação da Lei nº 335/2014, que implementou o Sistema Municipal de Cultura, passando a ser deliberativo e composto por representantes do Poder Público Municipal e Sociedade Civil.



CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1. Aspectos Gerais

O município de Pacajus, integrante da região metropolitana de Fortaleza, tem 254,43 Km² de extensão, 73,9 de altitude e dista 48 km da capital do estado, Fortaleza. Limita-se ao norte com a cidade de Horizonte, a Leste com as cidades de Chorozinho, Cascavel, Horizonte, a Oeste com Horizonte, Guaiuba, Acarape, Barreira e ao sul com Chorozinho.

A divisão territorial é constituída da sede da cidade e 02 distritos: Itaipaba e Pascoal. A sede do município é dividida em vários bairros: Aldeia (inclui a localidade do Planalto Popular), Aldeia Parque, Alto da Boa Vista, Banguê I (inclui as localidades de Vila da Mata e Banguê Braz), Banguê II, Buriti (inclui as localidades de Buriti dos Esmeros e Mutuca), Centro, Cumaru, Coaçu, Croatá I, Croatá II (inclui as localidades de Área Verde e Cipó), Cruz das Almas, Lagoa Seca, Pajeú, Pedra Branca, Planalto, Dedé Gama (inclui o Conjunto Cohab). Na zona rural, temos as seguintes localidades: Choró São Paulo, Mangabeira, Limoeiro, Dom Bosco, Tucum, Base, Tiririca, Embrapa, Curimatã, Cavalaria, Paulicéia, Formoso, Lagamar, Umari, Genipapo e Fazenda Jandaia.

Segundo o Censo do IBGE de 2022, Pacajus conta com uma população de 70.983, sendo a sua densidade demográfica de 283,59 hab/km². Nas duas últimas décadas ocorreu uma forte evolução demográfica.

Um das principais causas do crescimento demográfico de Pacajus se deu por conta do recente processo de industrialização. Isso proporcionou a migração de pessoas de municípios vizinhos para a cidade. A industrialização também contribuiu para o Êxodo rural, fazendo com que a população atualmente seja predominantemente urbana, 81,95%.

O Município possui uma forte tradição no caju cultura e no cultivo da Mandioca. Mesmo assim, o maior potencial do Produto Interno Bruto está associado aos setores de serviços e indústria.

O município de Pacajus localizado em um dos polos industriais mais dinâmicos do estado. Na região, juntamente com o município de Horizonte, estruturou-se um complexo industrial que é responsável pela maior empregabilidade da região. O citado processo de industrialização contribuiu para dinamizar comércio local, que já era uma atividade de destaque e para acelerar a expansão imobiliária.

Inserido no clima tropical quente semiárido brando e tropical quente sub úmido, com maior ocorrência de chuvas de verão, entre os meses de janeiro a abril. Pacajus possui uma média pluviométrica de 1.200 mm/ano. A média anual da temperatura da cidade é de 26°C a 28°C.

A maior parte do relevo do município está inserida nos tabuleiros pré-litorâneos marcado por solos profundos e barrentos apresentando formas planas com fraca drenagem fluvial, visto que é cortado apenas por dois rios Acarape – Pacoti e dois riachos o Ererê (também chamado Areré, Ererê ou Ereré) e o Lagamar. São vistos também as formas onduladas da Depressão Sertaneja e a planície dos sedimentos depositados ao logo do rio Choró, mantendo-se igualmente abaixo da altitude de 200m.



A vegetação é de Caatinga Arbustiva Densa e Complexo Vegetacional da Zona Litorânea.

O município possui várias Lagoas como as de Itaipaba, Cavalaria, Pascoal e Pauliceia e apresenta também alguns açudes como o Ererê, Luiz Carlos, Cacimbão, do Matadouro e Beiraçude e outros.

2. Pacajus e sua história

As origens históricas da cidade de Pacajus se encontram diretamente associadas não a um lugar, mas a um povo. Não se pode entender o contexto de seu surgimento sem entender o longo processo de disputas e conflitos entre os indígenas da etnia Paiacu e os colonizadores portugueses nos sertões cearenses.

Caracterizados por um modo de vida seminômade, os Paiacu encontravam-se dispersos em um vasto território das capitanias do norte do Brasil, predominantemente entre Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Eles pertenciam à família linguística dos Tarairiús, povo de língua travada que abrangia outras etnias, como Janduí, Kanindé e Genipapo.

Desde o início da colonização do Ceará, no século XVII, os Paiacus se apresentaram como um obstáculo para a ocupação do território, principalmente nas áreas próximas à ribeira do Jaguaribe, atacando o gado que movia o processo de ocupação, bem como os vaqueiros que conduziam os rebanhos

Na segunda metade do século XVII, diversos conflitos armados entre sertanistas e indígenas marcaram o que seria conhecido pela historiografia como Guerra dos Bárbaros. Dentre os povos presentes no conflito estavam os Paiacu, cujos embates se prolongaram por cerca de trinta anos.

Na última década daquele século, o trabalho missionário se intensificara na tentativa de apaziguar os ânimos entre portugueses e nativos. No ano de 1696, o padre João da Costa, da Congregação de São Filipe Néri - também conhecida como Oratório de Pernambuco - convence um grupo Paiacu, cujo chefe se chamava Genipapoassu, a aceitar aldeamento missionário. Meses depois estava fundada a Aldeia da Madre de Deus as margens do riacho Arere (conhecido também como Areré, Ereré ou Erere), onde mais tarde se desenvolveria a cidade de Pacajus - a localização precisa do aldeamento não é possível estabelecer devido à inexistência dos documentos da época.

Mesmo aceitando aldeamento, não se pode imaginar que toda a etnia estivesse subordinada ao poder dos colonizadores, pois havia diversos outros grupos além daquele, e mesmo aqueles subverteram os espaços criados para utilizá-los em favor próprio.

Após três anos aldeados, os Paiacus foram vítimas de uma emboscada armada pelo Mestre de Campo Manoel Alvares de Moraes Navarro que, fingindo-se de aliado surpreendeu os indígenas desarmados, fazendo mais de quatrocentos mortos e escravizando outros tantos.

Tais episódios tiveram significativo impacto para a época, a ponto de ser instaurada uma devassa contra o referido Mestre de Campo. Por outro lado, observa-se que, para os Paiacu, as lutas pela sobrevivência do grupo apenas ganhavam novos contornos e, como tal, exigia novas estratégias.

Estima-se que grupos da etnia Paiacu tenham vivido nos aldeamentos missionários a partir do século XVIII, embora não se possa desconsiderar que diversos outros tenham continuado seu modo de vida seminômade ou buscando outras formas de inserção na sociedade colonial. Noticia-se, segundo Antônio Bezerra, que aos Paiacu fora delimitada uma légua de terras pelo Desembargador Cristóvão Soares Reimão

no ano de 1707, em obediência à Ordem Regia de 23 de Novembro de 1700. Tal território sofreria alterações com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, como parte da política implantada pelo Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal, a partir de 1758.

A Ordem regia de 14 de Julho de 1758 determinava que, no lugar dos antigos aldeamentos indígenas sob os cuidados de missionários, fossem erigidas vilas e vigarias de índios, sob a administração de padres seculares. Nessa mesma ordem, estabeleceu-se o povoamento de Monte-mor, o velho, da América, para abrigar os remanescentes de etnia Paiacu. Em 1865 foi construída pelos caboclos remanescentes dos Paiacus, uma igreja simples, atual Igreja Mãe em torno da qual se estruturou um núcleo urbano que veio a ser o município de Pacajus. Existem documentos locais que levam a imaginar que os indígenas situados em tais territórios sofriam maus-tratos ou abusos por parte de seus empregadores que, em muitas situações, pretendiam escravizá-los.

Segundo a historiadora Valdelice Carneiro Girão, em 1762 os indígenas remanescentes foram transferidos para a Vila de Porto Alegre, no Rio Grande do Norte, retornando no ano de 1767 para a vila de Monte-mor, o novo, da América. Apesar das transferências, documentos de períodos posteriores revelam a presença desses indígenas nas terras de Monte-mor, o velho. Em 1836 a freguesia de Monte-Mor, o velho, foi extinta e passou a pertencer a Aquiraz.

Ao longo de todo o século XIX, estiveram alguns Paiacu residindo nas terras de Monte-mor, o velho, embora as autoridades provinciais negassem, a presença desses indivíduos, atitude recorrente em todo o Brasil nessa época. Tal negação, fazia parte de um projeto de extinção dos povos indígenas a partir da negação de sua sobrevivência, situando-os em tempos passados e resistindo ao seu reconhecimento no presente.

Permanecem, pois, os referidos territórios como espaços de disputas até os primeiros anos do século XX. Nesse período, com o advento da República, Monte-mor "o velho", ganha estatuto de vila, passando a se chamar Vila de Guarany no ano de 1890, por meio do Decreto nº63 de 09 de setembro. Nesse contexto, agravam-se os conflitos oriundos das disputas pela terra, envolvendo diferentes esferas da sociedade. O primeiro governo municipal foi instalado em 1890. Na ocasião, por conta do governo provisório do presidente Marechal Deodoro da Fonseca, os municípios eram governados pelas intendências municipais, que tinham uma função tanto executiva quanto legislativa. A primeira intendência da nova vila foi instaurada ainda naquele ano.

Ao passo que as autoridades da recém-fundada Vila de Guarany reivindicam junto ao Governo do Estado, o direito à posse das terras locais, o então vigário Eduardo Araripe, com o apoio de outros poderes da vila, toma-as para si, através do uso da força. Não alheios, estavam alguns posseiros tirando vantagem desse impasse e aumentavam seus domínios. Ficaram, então, os descendentes indígenas - a essa época conhecidos por caboclos - privados do acesso aos espaços historicamente pertencentes a eles. Tais questões se resolveram judicialmente, embora os danos provocados as partes mais pobres tenham sido irreparáveis.

Não se pode desconsiderar, contudo, que a vila de Guarany era também ocupada por diversos indivíduos que não se enquadravam em nenhum dos grupos citados anteriormente, e começavam, ao seu modo, a construir o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional do lugar. Gradativamente, as identidades indígenas foram se confundindo com as de milhares de trabalhadores rurais pobres e seus interesses e visões de mundo foram se incorporando, passando a não mais se perceber tão facilmente tais distinções nos dias de hoje.



Entre 1890 e 1935 o município passou por um constante processo de instabilidade política, no que se refere a sua autonomia político-administrativa. Em 1920 sua autonomia política foi extinta. Em 1928 recuperou novamente sua autonomia política, para que em 1930 seja extinta e no ano seguinte passe a ser distrito de Pacatuba.

No ano de 1935, após passar por diversas tentativas de emancipação e posteriores supressões de autonomia política Guarany se torna definitivamente emancipada. Pelo decreto N° 1591 de 23 de maio, o município foi dividido em 04 distritos: Guarani (atual sede), Curtais Velhos (atual Chorozinho), Lagoa das Pedras (atual Itaipaba) e Olho d'Água (atual Horizonte). Em 1943, por meio do Decreto nº 1114, passou a se chamar Pacajus. Sua experiência política democrática, no entanto, teria que esperar alguns anos, haja vista que em 1937, com a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, a Câmara Municipal foi dissolvida e o chefe político passou a ser indicado pelos intermediários do presidente.

A construção da BR-116, da década de 30 e da Igreja Matriz, de 1941-5, contribuiu para a expansão urbana e comercial do município em direção ao lado oeste da cidade. Os centros comerciais que antes se concentravam em sua maioria nas proximidades do antigo barracão começam a se localizar também às margens da BR, assim como as residências familiares. A cidade passou a ser ponto de passagem obrigatório para pessoas que vinham do sertão em direção à capital e atraiu muitos migrantes da região jaguaribana.

A dependência eclesiástica de Pacajus a Aquiraz perdurou por muitas décadas. A vigaria da antiga missão dos Paiaçus, pertencente à freguesia de São José do Ribamar só adquiriu autonomia a partir do dia 3 de fevereiro de 1940, criada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

O primeiro vigário da cidade, o Sr. Padre Coriolano Holanda Cavalcante, mais conhecido como Padre Cori, participou ativamente da vida social, política e econômica de Pacajus. Sob sua influência, foi construída a Igreja Matriz, as Escolas Reunidas (atual Escola Estadual Pe. Coriolano, o Colégio Cônego Eduardo Araripe, e o Hospital Luiza Távora- conhecido como hospital velho).

"A partir de 1950, a cidade sofre mudanças na sua estrutura urbana. Os sítios são divididos com abertura de ruas permitindo mais construções de casas residenciais, algumas até com dois pavimentos, prédios comerciais, repartições públicas, hotéis, escolas e outros, a fim de atender ao aumento populacional"

Com o passar do século XX, a economia de Pacajus, inicialmente agrícola, vai ganhando novos contornos. A cidade passa a ter um importante centro comercial onde produtores de várias localidades recorriam para vender seus produtos e comprar aquilo que precisavam. Dentre os produtos produzidos em Pacajus, podemos citar a cera de carnaúba, a rapadura, a farinha, o feijão, o caju e a castanha- sendo essa uma das mais importantes atividades locais entre outros.

Em 1987 os distritos de Horizonte e Chorozinho emancipam-se e conseqüentemente tornam-se municípios. Atualmente a cidade é composta pela sede e pelos distritos de Itaipaba e Pascoal

Com a política de atração industrial do Governo do Estado do Ceará na década de 1980, chegaram as primeiras grandes indústrias no município, promovendo certa alteração nas atividades econômicas locais. A agricultura, perderia gradativamente seu espaço para a fábrica, ao mesmo tempo em que o comércio foi impulsionado pela grande quantidade de trabalhadores formais e a injeção de capital na região.



Apesar do processo industrial pioneiro da empresa Agroindústria Jandaia, por volta dos anos 50, a efetiva industrialização do município ocorreu somente na década de 90 com a chegada de grandes indústrias como a Vicunha e Rigesa, dentre outras.

*Texto de Marcos Felipe Vicente e Geimison Falcão.
Com atualizações da equipe da Secretaria de Cultura e Turismo (Agosto, 2024)*

3. Uma Introdução ao Plano Municipal de Cultura

A historiadora Valdelice Girão ao iniciar as linhas de seu livro Pacajus, de Aldeia à Cidade que, por muito tempo, foi a única referência historiográfica do município de Pacajus, mencionou a nobreza da sua própria iniciativa ao registrar o que, para uma sociedade, é imprescindível da formação de sua identidade e no reconhecimento de seu papel e responsabilidade perante suas heranças culturais a sua memória.

Ressaltamos este fato tendo em vista o que ocorre em muitas cidades brasileiras, mas que em Pacajus prejudicou sobremaneira a cultura: o esquecimento e o desinteresse, por parte do poder público municipal, das práticas culturais locais que firmavam os celeiros da efervescência cultural mais autêntica. Estes fatores geraram um contexto de carência de informações que tornou a própria institucionalização da cultura em Pacajus dificultosa e dependente de investigação apurada e alternativa.

Mesmo com essas adversidades citadas, o presente poder público municipal tomou como uma de suas maiores prioridades o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura de Pacajus, que é uma ferramenta de gestão de médio e longo prazo, no qual o poder público municipal se compromete em executar políticas culturais de estado, baseadas em programa, projetos e ações viabilizadas por lei.

O plano possui uma abrangência decenal (dez anos) e tem como objetivo sistematizar, orientar e regulamentar a política cultural municipal.

O trabalho de elaboração contou efetivamente com a participação da sociedade civil. A inserção da população, exigência institucional do Governo Federal e do Estadual, fez-se nas etapas de elaboração do Plano com as Conferências, com o Conselho Municipal de Política Cultural; e com reuniões realizadas entre o período de fevereiro a abril de 2024, no Centro Cultural Maloca dos Brilhantes e Espaço Multiarte, mas também na necessidade da aproximação direta nos cuidados de abordagem em questões históricas que cercam as relações da cidade, na colaboração de forças e de conferências da equipe da Secretaria de Cultura e de cidadãos comuns.

O Plano Municipal de Cultura se coloca como sendo uma ferramenta de pactuação entre o poder público municipal e a sociedade civil. Orientando as bases da política de cultura, ele determina estratégia e metas, aponta prazos e recursos pertinentes a sua execução.

A Caracterização do Município e o seu Diagnóstico Cultural, primeiras partes desta publicação, dá aos leitores uma descrição panorâmica do que a cidade, no momento, oferece enquanto possibilidades de intervenção e atividades a considerar nos campos culturais e afins. Os capítulos III a VII já trazem perspectivas de ação da Secretaria de Cultura, e órgãos gestores a ela associados.



O diagnóstico cultural representa uma leitura do contexto que se pretende implantar as políticas municipais de cultura. Evidencia as lacunas e as dificuldades que necessariamente precisam ser superadas, mas também aborda as potencialidades que requerem fomento. O ponto de vista dos sujeitos sociais envolvidos no processo, também foi levado em consideração. Essas informações foram angariadas por meio de entrevistas realizadas pela equipe técnica da Secretaria de Cultura e Turismo responsável pelo plano. A participação carinhosa e acolhedora dos produtores culturais mais antigos ainda em atividade foi de vital importância neste processo.

Os desafios representam pontos que necessitam ser superados pelo município. Evidenciam-se nas fragilidades, problemas e barreiras que foram até aferidas a partir da leitura do contexto social, no qual se pretende interferir.

As diretrizes são parâmetros genéricos de norteamiento que funcionam como subsídios para a obtenção de objetivos, metas e implementação de ações.

No capítulo dos Objetivos, estão os resultados que se almejam conseguir a médio e longo prazo. São divididos em gerais, quando vislumbrados num contexto de finalidades e se abrem em específicos, quando visualizados em pontos mais individualizados.

Nas Metas estão as ações e atividades imperativas para a concretização plena das propostas indicadas nas metas.

No capítulo das Estratégias constam as táticas e técnicas de alocação de recursos, concretização de objetivos e metas; e fortalecimento de oportunidade. Tudo isso, com o objetivo maior de tomar o plano plenamente realizável.

Isto dito, e tratando das formalidades específicas da gestão da cultura, enfatizamos que este Plano é parte do Marco Legal da Cultura, junto à legislação nacional e estadual vigente, a integração do município ao Sistema Nacional de Cultura, assegurando uma política de Estado que propicia meios, recursos e ações para que o esquecimento e o desaparecimento de aspecto cultural pacajuense não mais aconteçam.

CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA CULTURAL DE PACAJUS

A dificuldade em apresentar um diagnóstico preciso da cultura em Pacajus se dá pelos motivos já conhecidos até mesmo em âmbito nacional: a movimentação cultural tem natureza dinâmica e muitas vezes informal e espontânea. Isto faz as informações e as próprias ações culturais terem certa fugacidade frente aos métodos de pesquisa desenvolvidos com o fim de captar todas as manifestações culturais.

Visto isso, a Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus decidiu recorrer ao auxílio de membros da sociedade civil organizada e populares para alcançar os produtores culturais em atividade ou a história daqueles que já deixaram de produzir. Ao nos aproximarmos destas pessoas de uma forma por vezes menos impessoal, conseguimos importantes informações, contatos e documentos importantes para o futuro planejamento de ações em cultura, patrimônio e arte por parte do poder público.

Em meados de 2014, foram feitas mobilizações com os agentes culturais, entrevistas em campo e registro das mesmas. Os dados foram utilizados para dar corpo ao diagnóstico que foi apresentado e que oferece, além de informações da atualidade, o conhecimento do passado necessário à compreensão do modo como

algumas manifestações culturais deixaram de existir e como, por meio da concretização das metas deste Plano e, que por sua vez em 2024 foi dado início o processo de Revisão e Reorganização do Plano Municipal de Cultura, para mais 10 (dez) anos, ou seja, de 2024 a 2034. Dentro deste processo foram realizados vários encontros entre os meses de abril e junho, com a participação da sociedade civil, sobretudo os artistas e fazedores de cultura, que deram sua contribuição para uma renovação do P.M.C.

2.1. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA CULTURA

2.1.1. Sistema Municipal de Cultura

Em 2013, a Secretaria de Cultura de Pacajus integrou-se ao Sistema Nacional de Cultura, pactuando com o Ministério da Cultura o Acordo de Cooperação Federativa, que oferece ao município a orientação para implantação de seu Sistema e consequente contribuição com a política cultural nacional.

O Sistema, considerando demandas do Ministério da Cultura, é estruturado com base nos componentes legais que estão contemplados neste Marco Legal as leis referentes ao Plano Municipal de Cultura, ao Conselho Municipal de Política Cultural e ao Sistema de Financiamento a Cultura.

A participação da sociedade civil na construção deste Marco, para consolidar o trabalho democrático das instituições representativas da cultura e considerada principal vetor de conhecimentos e articulações, além de ser o elemento mais importante na construção das diretrizes de gestão.

Para que os pactos entre população e governo aconteçam o Sistema se consolide, são feitas as Conferências Municipais de Cultura. Junto a elas é necessária a realização de fóruns, que a sociedade civil organiza e valida e reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural, que, hoje, são feitas regularmente.

2.1.2. Conferências Municipais de Cultura

Em 2005, a Secretaria de Cultura já realizava as Conferências Municipais de Cultura evento institucional propositivo, mobilizador e eletivo. As três primeiras aconteceram entre 2005 e 2012. Em 2013 foi realizada a III Conferência Municipal de Cultura alinhou-se as demandas institucionais nacionais, segundo consta em relatório enviado ao MinC. A V Conferência Municipal de Cultura, realizada no dia 27 de outubro de 2023, teve massiva participação dos setores culturais e da sociedade em geral e propostas alinhadas aos Planos Nacional e Estadual de Cultura.

Embora a estruturação institucional das políticas de Patrimônio e de Formação Cultural ainda não esteja concretizada no Poder público e no Conselho Municipal de Política Cultural, as propostas apresentadas nas Conferências mostraram a preocupação da comunidade cultural municipal com esta questão, mostrando disponibilidade em manter-se atuante nas providências a serem tomadas na emergente necessidade em atender a estas demandas.

Os Delegados eleitos na V Conferência Municipal participaram da IV Conferência Estadual de Cultura do Ceará, contribuindo nas discussões e deliberações do evento.



2.1.3. Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus

Instituída em 2004, através da Lei nº 30/2004 começou a funcionar somente a partir do dia 1º de janeiro de 2005 e trabalhava tendo em vista concepções e ações de gestão que regem uma política cultural que oferece subsídios para sustentação das diversas manifestações culturais no município.

Atualmente, a Secretaria opera com Secretário de Cultura e Turismo, o Secretário Executivo de Cultura e Turismo, Coordenador Cultural e Assistentes de Eventos. A Banda de Música e a Biblioteca apresentam quadro funcional próprio.

2.1.4. Conselho Municipal de Política Cultural

Instituído em 2006, através da Lei nº 15/2006, que foi alterada pela Lei nº 214/2012 e, posteriormente, pela lei nº 279/2013; o Conselho Municipal de Política Cultural conta hoje com 10 (dez) integrantes titulares e seus respectivos suplentes da Sociedade Civil, e 10 (dez) integrantes titulares e seus respectivos suplentes do Poder Público; é paritário e tem reuniões ordinárias a cada mês, definidas em regimento interno criado e validado em 2013.

O Conselho teve suas Comissões formadas em 2021 embora não estejam em funcionamento atualmente. O Conselho exerce seu caráter deliberativo, propositivo e fiscalizador, tendo sido importante a atuação dos seus membros na construção das políticas públicas relacionadas a Cultura no Município de Pacajus. Muito ainda tem de ser feito e conquistado, pois os Conselheiros entendem que a Cultura para ser “viva” e “atuante” tem que estar em permanente mutação e reproduzir o que é vivido nos territórios. A atuação colegiada está definida na Lei do Sistema Municipal de Cultura.

2.1.5. Sistema Municipal de Financiamento à Cultura

No intuito de assegurar recursos para projetos e ações culturais diversas, a prefeitura implantou a Lei Municipal de Financiamento à Cultura (Lei nº 266/2013).

O documento prevê, para o Fundo Municipal de Cultura 0,5% da receita municipal. A verba será destinada exclusivamente para fins culturais, tais como lançamento de editais, apoio a projetos, fomento das atividades de formação e aumento da difusão cultural.

2.1.6. Plano Plurianual Participativo

A função cultural expressa no PPA for estruturada com base em três dimensões pautadas pela política nacional:

- Expressão simbólica, a cultura como elemento revelador da identidade do povo, potencializando as formas de pensar habitar e conviver das pessoas;
- Direito da cidadania, a cultura enquanto direito fundamental do cidadão;
- Vetor de desenvolvimento, a cultura como indutor de desenvolvimento humano, social e económico da cidade.

Não houve entre o período de 2020 a 2024, a elaboração do Plano Plurianual Participativo, no sentido da própria participação da sociedade civil, e sim, somente um Plano Plurianual sistematizado pelo poder público municipal.



2.1.7. Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as receitas e as despesas que serão realizadas. Estima as receitas e autoriza as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação.

Segue as LOAS de Pacajus referentes ao PPA 2023-2024, como mostra o gráfico abaixo:

LOAS E DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS – 2023/2024			
2023			
PREVISTO	40.000,00	EXECUTADO	-----
2024			
PREVISTO	3.304.501,00	EXECUTADO	(Em execução)

2.1.8. Política Nacional Aldir Blanc

A Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus e a Política Nacional Aldir Blanc, promoveram 8 (oito) encontros de Escuta com a Sociedade Civil no período de maio e junho, sobretudo destes, com artistas e fazedores de cultura que representam os 10 (dez) segmentos artísticos que fazem e integram através de sua representação no Conselho Municipal de Política Cultural. O maior avanço e conquista dos artistas e fazedores de cultura em todo o Brasil. Que visa repassar anualmente aos Estados, DF e Municípios R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) iniciado em 2023 com a liberação da primeira parcela. Por isso da necessidade e prioridade em ouvir a classe artística e suas sugestões para a aplicação dos referidos recursos; e finalizando em 2027 para execução de ações e atividades relacionadas à cultura. As divulgações foram realizadas no WhatsApp da Secretaria de Cultura e Turismo e do CMPC; no WhatsApp dos grupos de audiovisual e demais áreas da LPG; no Instagram da Secretaria de Cultura e Turismo e no Instagram da Prefeitura Municipal de Pacajus.

PROGRAMAÇÃO DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL:

1ª Semana:

Dia 06.05: Cultura Popular, Quilombola, Associações e Artesanato.

Dia 08.05: Audiovisual, Artes Visuais e Comunicação Digital.

Dia 10.05: Livro e Leitura, Artes Cênicas, Música, Design e Moda.

Dia 11.05: Plenária Geral da semana

2ª Semana:

Dia 13.05: Comunidade Quilombola da Base

Dia 15.05: Reunião do Conselho (Validação)

Dia 17.05: Zona Rural (Itaipaba/Pascoal)

Dia 18.05: Encerramento com o representante do MINC no Ceará

2.1.9. Novo ProSIEC - Transferência fundo a fundo Ordinária – 2024

A SECRETÁRIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições define as regras para as transferências fundo a fundo na modalidade ordinária entre o Fundo Estadual da Cultura - FEC e os Fundos Municipais de Cultura do Ceará, para o exercício do ano de 2024, nos termos do Art. 94 da Lei 18.012 de

2022 e do Decreto N^o 36.040, de 29 de maio de 2024, que regulamenta a matéria.

Para o exercício de 2024 serão destinados ao todo R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dos quais R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) serão destinados para as transferências fundo a fundo na modalidade ordinária e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) destinados para projetos ou ações específicas.

2.1.10. Articulação Institucional

O Acordo de Cooperação Federativa entre a Prefeitura Municipal de Pacajus e o Ministério da Cultura foi firmado e publicado no Diário Oficial da União no dia 06 de junho de 2013. Com este instrumento realizou-se a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura fortalecendo a política de Estado projetada pelo governo federal.

O Governo do Ceará lançou no dia 26 de maio de 2024, o Pacto pela Cultura, movimento que visa convocar os municípios para a entrada no Programa de Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura (Pro-Siec). O evento também marcou o anúncio da chegada de R\$ 719 milhões para o setor, sendo R\$ 689 milhões por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e R\$ 30 milhões do Tesouro Estadual para que os municípios consigam estruturar os Sistemas Municipais de Cultura. O evento, que aconteceu no Theatro José de Alencar, em Fortaleza, foi comandado pelo governador Elmano de Freitas.

2.1.11. Equipamentos Culturais

Os únicos equipamentos culturais instalados no município (em funcionamento em 2024) são a Biblioteca e o Espaço MULTART (que por sua vez está passando por uma reforma física). Ambos têm a função de abrigar ações ligadas a leitura e a experimentação artística cultural.

2.1.11.1. Biblioteca

A Biblioteca Pública Municipal José Gama de Queiroz, inaugurada no dia 5 de julho de 2008, é um equipamento cultural que está sob a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus. A instituição possui um acervo de aproximadamente 8.000 obras, com uma ampla e diversificada gama de assuntos, gêneros e temáticas, buscando, desta maneira, atender às diversas necessidades informacionais da população pacajuense. Atualmente, seu acervo encontra-se em processo de tratamento técnico e inserção no sistema, realizados pela bibliotecária responsável, Camila Rocha Dionisio. Além disso, dispõe de um setor infanto-juvenil e um setor de leitura acessível (com obras em braille, audiolivros e livros com fonte ampliada). A biblioteca está localizada na Rua Tabelião José Gama Filho, S/N, e funciona de Segunda a Sexta, das 08h às 20h. Instagram: @bibliotecadepacajus

2.1.11.2. Espaço MULTART (em junho de 2024 está passando por uma reforma em sua estrutura física)

A cultura está ligada a preocupação da sociedade contemporânea em entender os caminhos que levaram as relações humanas presentes e suas expectativas futuras. Ao se tratar de cultura, deve-se ter em mente toda riqueza da humanidade e as variedades de formas de existência. A cultura expressa a complexa realidade dos diversos grupos humanos e suas próprias particularidades que os conectam e distinguem. É importante compreender a percepção que uma realidade cultural gera para os indivíduos que estão a vivenciando (SANTOS, 1996). Ter conhecimento das causas em que as culturas variam e quais as causas destas variedades são temas que acarretam muita discussão. De acordo com Milanese (1997), é

caracterizado como centro de cultural ou espaços de vivência cultural, a união de produtos culturais, a oportunidade de argumentá-los e a oportunidade de elaborar novos produtos. Por isso, pode-se compreender que é um local de ajuntamento de atividades culturais, onde gera criação, reflexão, fruição e compartilhamento de bens culturais.

O Espaço Multart busca se firmar como espaço de vivência das diversas formas de linguagens artística culturais, que encontram em sua estrutura física a oportunidade de seu exercício.

2.1.12. Calendário Cultural, Histórico e de Eventos de Pacajus

A Lei que criou o CALENDÁRIO CULTURAL. HISTÓRICO E DE EVENTOS DE PACAJUS, nº 40/2013, de 10 de outubro de 2013, é uma lei que integra as secretarias afins a gestão das atividades do Calendário, propõe inclusão ou supressão de eventos e datas, manifesta-se sobre projetos de lei relacionados, elabora e divulga a cultura e a história do município

O Calendário Cultural, Histórico e de Eventos de Pacajus é composto por personalidades que contribuíram para o desenvolvimento cultural do Município, datas históricas e eventos, tais como comemorações e atividades relacionadas a datas alusivas a fatos e momentos históricos, festas tradicionais, culturais, populares e religiosas, festivais ou mostras de arte. Atividades que estimulem práticas recreativas e de lazer, atividades de cunho educativo que objetivem a transmissão de conhecimentos a comunidade, movimentos de preservação dos direitos humanos, atividades religiosas, de valor comunitário, atividades de grupos étnicos que objetivem a divulgação de suas culturas, feiras tradicionais e que se destaquem por seu valor turístico.

E tem como objetivo: promover o desenvolvimento social, cultural, religioso, econômico e turístico do Município, além de orientar o Executivo Municipal no sentido da preservação de bens e valores históricos e culturais do Município; estimular a prática de atividades recreativas e de lazer.

CALENDÁRIO DE EVENTOS 2024

JANEIRO

- Evento Festivo do **REVEILLON**

FEVEREIRO

- CARNAVAL** de Pacajus;
- SARAU** literário;

ABRIL – 2024

- Ações do **CICLO PASCAL** – Espetáculos da Paixão de Cristo, Via-Sacra, Queima de Judas;

MAIO

- Programação Do **ANIVERSÁRIO DE PACAJUS**;
- Realização do **MISS, MISTER e MISS GAY REGIONAL 2024**;

JUNHO

- Realização dos **FESTEJOS JUNINOS 2024**;

JULHO

- Realização do **PACAJUS CIDADE JUNINA**;
- Encontro de **ROCK**;

AGOSTO

- Realização do evento **SEMANA DE ARTES CÊNICAS DE PACAJUS**;

-  Semana de **MODA**;
-  **AGITO CULTURAL**;

SETEMBRO

-  Programação Alusiva a **SEMANA DA PÁTRIA DE PACAJUS**;
-  Realização do evento **MOSTRA DE BANDAS E FANFARRAS DE PACAJUS**;

OUTUBRO

-  Semana da CRIANÇA;

NOVEMBRO

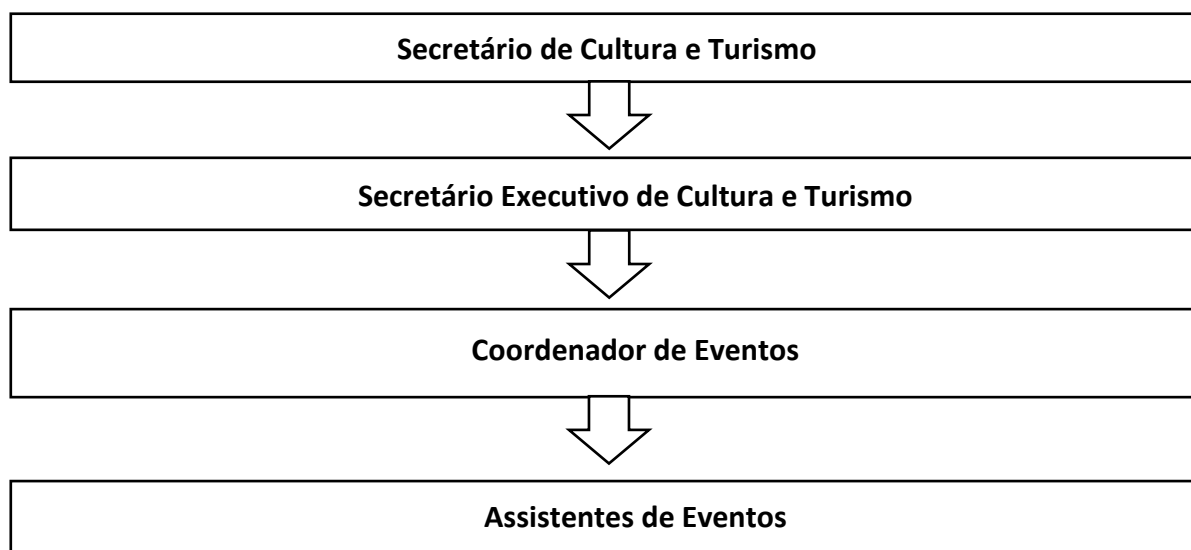
-  Realização do evento **MOSTRA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**;
-  **FESTA DO SERVIDOR**;
-  Salão de **Artes Visuais**;
-  **A Voz do Vale**;

DEZEMBRO

-  **CAJU FEST 2024**;
-  Culminância dos **Projetos Culturais**;
-  Realização do evento **PACAJUS NATAL DE LUZ 2024**.

2.1.13. Organograma Institucional

O organograma em vigor está descrito na Lei nº 1145/2023, que determina 04 (quatro) cargos para cumprir as funções de mediação entre instancias governamentais, agentes culturais e prefeitura, elaboração, avaliação e realização de projetos e articulações com outros setores do poder público. São eles:



2.2. DIAGNÓSTICO DAS LINGUAGENS E PRÁTICAS CULTURAIS

De acordo com dados do Mapa Cultural de Pacajus até o dia 01.07.24 estão cadastrados 538 agentes nas mais diversas linguagens artísticas culturais:

Artistas Plásticos: 17	Fotógrafos: 23	Design: 12
Grafiteiros: 3	Audiovisual: 14	Coletivo de Artes Visuais: 5
Artesanato: 42	Moda (Modelos e Produtores de Moda: 9	Quadrilhas: 6
Quadrilheiros: 20	Oscs (Social e Cultural): 7	Grupo Parafolclórico: 1 (Mago Vei)
Comunicação/Rádio: 8	Capoeiristas: 5	Grupos de Capoeira: 3

Livros: 5 (Yamimura, Fca. Leide, Rose Kelle, Euzilene e Secundino)		
Ator/Atriz: 24	Circo (Palhaço e outros): 7	Grupos de Teatro: 5
Músicos: 50	Grupos Musicais: 11	Produtores Culturais: 18
Coletivo de Segmentação histórica (dentre aqueles que não estão atualmente em exercício: 6		
Coletivo de Carnaval: 3	Coletivo de Livro e Leitura: 5	
Coletivo do Ciclo Pascal: 4 (Paixão de Cristo Cia SerArt, Paixão de Cristo, Espetacularte,		
Coletivo de Cultura Popular: Reisado estrela do Oriente, Coletivo Cultura Popular em Ação, Natal de Fé, natal de Cultura, Coletivo Cultural Cearense Arte para todos		
Maquiagem Artística: 5	Poeta: 2	Banda de Música do Município: 1
Bailarinos (entre professores de dança e bailarinos; entre danças clássicas, regionais, cultura popular, pop, etc): 21		
Quilombolas: Capoeira, Maculelê, Afro banda e Grupo Arte Quilombola.		
Grupos de Dança: Grupo Afoxé Oxe odô, Comunidade Shalom, Kashew, Dance Group, Arraial festa da Colheita (Evangélico)		

2.2.1. Artes Visuais

Nomes como Ary Nogueira e Ernandes Modesto são lembrados quando se fala em Artes Visuais em Pacajus. Embora eles não tenham se dedicado exclusivamente a esta categoria artística, suas atividades na área são lembradas como as primeiras de que se tem notícia.

Apenas recentemente alguns pintores têm tentado gerar um mercado para seus trabalhos em Pacajus. Por ter sido pouco praticada ao longo dos anos, a pintura tem, um caráter mais artesanal, desligado das atuais abordagens sobre a visualidade e intencionalidades artísticas contemporâneas. Somente o Centro Cultural Arte Sertão, idealizado e chefiado por Nacélio Dantas Junior, mais conhecido como “Nacélio Grud”, chegou a realizar e incentivar atividades artísticas diversas, fazendo com que o ateliê, que praticava predominantemente o grafite passasse também a ser a principal difusora de uma efervescência cultural visual e musical influenciada pela regionalidade, a música popular brasileira e gêneros advindos do rock. Porém este ateliê desativou-se quando Narcélio saiu da cidade, extinguindo o único espaço cultural das artes visuais ativo na cidade até então.

Apenas os ateliês particulares e individuais estão em atividade. Os pintores atuantes no município vendem seus quadros como ambulantes, passando por mercados e residências, ou sob encomenda. A maioria deles tem formação autodidata. Poucos dos artistas locais têm formação em instituições de nível superior, pois a cidade não possui universidades com cursos de artes, fazendo com que os interessados em formação acadêmica nas artes visuais tenham que se deslocar para Fortaleza e tentar ingressar no curso superior de Artes Visuais do IFCE ou em Belas Artes, oferecido pela UNIFOR.

2.2.2. Audiovisual.

No âmbito do audiovisual, Pacajus teve um importante representante no segmento, ainda nos primórdios desta linguagem: o senhor Evangelista Cesário da Costa, filho do poeta Pedro Cesário. Munido de sua câmera filmadora em VHS, lâmpadas comuns para iluminação e contando com ajuda dos jovens curiosos da cidade – que lhe serviam como auxiliares – Evangelista foi responsável por gravar inúmeros dos eventos culturais e sociais pacajuenses. Foi através de suas lentes que ficaram registradas muitas das festas de formatura do antigo colégio cônego, bem como aniversários e festejos familiares, bailes de debutantes e afins. Também é de sua autoria a gravação da famosa entrevista com o Padre Cori quando do recebimento

de seu título de Monsenhor, no início da década de noventa. Evangelista, com seu equipamento “amador” registrou muitas das únicas imagens audiovisuais que temos de nossa cidade da época pré-internet.

Na tradição e história pacajuense, é justo afirmar que o espaço conhecido como Cine PAX, primeira sala de cinema de nossa cidade, foi um grande ponto de cultura para apreciação de obras audiovisuais, mais precisamente cinema, entre as décadas de sessenta e oitenta, período em que muita das memórias dos nossos mais velhos acerca da linguagem foram construídas nesse local. Ainda no campo “salas de cinema” é preciso também reconhecer o cinema “caseiro”, e voltado para maiores de dezoito anos, que fora instalado no centro da cidade pelo multi artista Ary Nogueira, que mesmo sofrendo com os olhares de reprovação dos mais conservadores, manteve a prática como manifestação cultural por vários anos.

Com o advento das novas mídias e linguagens, o audiovisual como conhecemos hoje, foi surgindo de forma bastante acanhada, fruto de experimentos entre multiartistas locais, logo tivemos produções experimentais acontecendo principalmente dentre os artistas das artes cênicas que se apropriaram da linguagem para expressar sua arte também nos novos formatos.

Na cidade, no início dos anos 2000 foi instaurada uma estação de TV comunitária, que após reformulações, até esta data está em atividade, também com expressão no audiovisual, embora mais voltada ao jornalismo e entretenimento.

Em 2008 houve uma tentativa de produção de um longa-metragem Pacajuense, com testes de elenco e inclusive ensaios gravados, que culminou na criação de um roteiro para Longa Metragem escrito pelos artistas Maycon Carvalho, Alexandre Paixão e Miro Faheina.

Somente a partir de ano de 2014 é que foi tomando maior proporção o audiovisual enquanto expressão comercial. Fotógrafos conhecidos no meio social de Pacajus já se utilizavam há décadas das filmagens como meio de serviço a ser ofertado especialmente em coberturas de casamentos, mas a partir deste momento os próprios artistas da fotografia foram se especializando, com melhores equipamentos e maior conhecimento, o audiovisual na cidade se estabeleceu enquanto profissão para muitos dos que ficaram conhecidos na cidade como “filmmakers”. Desta turma podemos citar como exemplo o filmmaker Fabio Nogueira, pacajuense hoje de renome nacional no meio audiovisual em específico nas filmagens comerciais, tendo trabalhos reconhecidos no Brasil inteiro.

No âmbito artístico, outro pacajuense de destaque no audiovisual é o Youtuber Alexandre Montenegro, filho de conhecido radialista da cidade, Alexandre ingressou no meio audiovisual também como filmmaker, e hoje conduz um canal no youtube onde faz reviews e dá dicas sobre diversos equipamentos para quem está interessado em ingressar no meio audiovisual. Seu canal no Youtube é de grande abrangência e seu conhecimento no assunto é respeitado Brasil afora.

A Partir de 2018, o audiovisual, já consolidado na cidade como linguagem artística, bastante explorado no meio comercial, mas pouco explorado na área cultural, começa ganhar uma prospecção mais firme, com vários projetos sendo desenvolvidos, mas somente no ano de 2020, já durante a Pandemia de COVID-19 é que muitos desses projetos puderam sair do papel. Neste ano, dois curtas-metragens foram escritos e gravados em Pacajus, por pacajuenses, e que obtiveram alcance nacional e internacional. Foram eles o curta “Esse casal não fica junto no final do Filme” de Endson Lima e o curta “5 Minutos” de Miro Faheina, ambos frutos de produção independente de ambos artistas.



Pacajus tem, nesta data, diversos agentes culturais na área do audiovisual, tanto no meio comercial, na produção de vídeo-clipes, ou vídeos institucionais, podendo ser citado aqui o reconhecido Felipe Lemos, renomado criador, como também na área voltada ao cinema, tendo em seu meio artístico diversos nomes podendo ser citado como exemplo: Osiel Neto, cineasta pioneiro em Pacajus como realizador, formado em cinema, e que tem algumas produções já finalizadas em seu currículo.

Pacajus, no ano de 2023, deu um primeiro passo bastante importante no meio audiovisual quando o internacionalmente renomado artista Felipe de Souza, conhecido como “Seu Zé das Fotos” através do CIEDS e da Maloca dos Brilhante (importante ponto de cultura de Pacajus) disponibilizaram o primeiro curso de CINEMA de Pacajus, chamado: MARGEM LAB, que durante um ano inteiro ministrou várias aulas e atividades, formando uma turma inteira na área, e concluindo o curso com a exibição de alguns curtas-metragens produzidos por pacajuenses e também com a exibição do Curta “A Cabeça do Agressor”, que foi o trabalho de conclusão de curso dos alunos do Margem Lab. O Curta foi por completo realizado pelos alunos do curso tendo à sua frente a Diretora Bruna Alves e o Diretor Anderson Neto, que também assina o roteiro.

No ano de 2023 ficou marcado também a primeira vez que uma produção cinematográfica local fora exibida no atual cinema da cidade, no Shopping Viramar. Aos vinte e dois dias do mês de novembro daquele ano, o curta-metragem “Seis Léguas e Pouco” de Miro Faheina, premiado em festivais nacionais e internacionais, teve uma exibição dupla, aberta gratuitamente ao público Pacajuense, fechando aquela noite com duas sessões lotadas de pessoas que, muitas delas, nunca tinham ido ao cinema.

A expressão audiovisual Pacajuense tem muitos representantes, em suas mais diversas camadas.

Atualmente, foram produzidas várias produções de curta metragem, dentre elas:

- Curta Metragem “Seis léguas e pouco” – Miro Faheina
- Curta Metragem “Esse casal não fica junto no final do filme” – Endson
- 1º Curso de Cinema “A cabeça do agressor” - Margem LAB

Contribuições do texto: Miro Leandro Faheina Gomes. Escritor, Desenhista, Pintor, produtor cultural, diretor e produtor de filmes, Professor de Audiovisual. Produtor dos filmes: Um nome em uma pedra, Seis Léguas e Pouco, 5 minutos. Co-escreveu o roteiro do longa: bleaute; Co-Dirigiu o Documentário “Pacajus Já Teve; Membro fundador dos coletivos “Maturis” e “Mocoró Literário”

2.2.3. CULTURA POPULAR TRADICIONAL

Por ter se caracterizado, por muitos anos, como uma região predominantemente agrícola. A cultura popular também está ligada aos plantios da mandioca, do caju, do milho, do feijão, da cana de açúcar. Destes, a mandioca se destaca por estar associada ao que há não muito tempo atrás, é acontecimento cultural nas comunidades: a farinhada. A Agropecuária também tem seu espaço e ocupa cerca de 20% da produção local de leite e carne bovina; criação de caprinos, frangos, além da produção da Agricultura Familiar.

Através das narrativas orais, podemos mensurar como começou e como se dava as práticas da farinhada, que agitava bairro, agregava pessoas, animadas por música e dança com os participantes, culminando com a partilha de alimentos produzidos através da transformação da mandioca, promovendo a transformação econômica local através da troca e venda do que era produzido. Nesses espaços também era local para

socialização, através de saberes e de interação pessoal entre as famílias e vizinhos, local onde poderia, inclusive, se conhecer a pessoa com quem você iria se casar.

Hoje, o mercado desses produtos deixou de ser unicamente local para atingir outros centros, o que era produzido e comercializado, passou a alcançar outros mercados, pela qualidade do que é produzido. São raras as casas de farinha funcionando no perímetro urbano, ficando a atividade predominantemente na zona rural, algumas não resistiram ao tempo.

Na perspectiva de atingir outros mercados, inclusive pela necessidade de recursos financeiros para custear as despesas inclusive com pessoal, as casas de farinha ganharam equipamentos e fornos industriais, em busca de uma maior qualidade nos produtos para concorrer de igual para igual com produtos de outras regiões, contando com assistência técnica da Emater Ceará e outras instituições que prestam assistência técnica e de extensão rural para agropecuária e agricultura familiar, objetivando geração de renda, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, dentre outros.

Outra tradição da nossa Cidade são as rendas e bordados, produzidos por mulheres de modo tradicional, manualmente usando linhas, agulhas e bastidores, bem como as almofadas feitas de saco e cheias com capim seco, usando linhas e os bilros feitos com cabos de madeiras e cocos, mucunãs, outros somente de madeira esculpidos a mão. Essa tradição existe até hoje nos bairros de Aldeia, Coaçu, Banguê e na zona rural. A produção é vendida na feira e por encomendas das grandes confecções. Há mais de um século essas artesãs não deixam a tradição morrer, passada de mães para filhas os ensinamentos sobre as práticas de bordados manuais, cruzamento de fios, executados sobre o pique, com a ajuda de espinhos de cardeiro, chique-chique ou alfinetes. O pique é o cartão usualmente pintado com açafrão ou urucum para facilitar a visão da rendeira.

Os doces também fazem parte da tradição cultural no município. Nos mesmos lugares onde existiram casas de farinha, existiram também muitos engenhos onde eram fabricados artesanalmente todos os produtos advindos da cana de açúcar. A cultura do Caju também nos trouxe os doces, o mel, licores, cajuína, o mocoioró. Era comum em vários bairros as fábricas de doces artesanais, com práticas antigas para retirada do suco e fabricação do caju ameixa, em secadores e tachos fervendo em fogões a lenha. Esta atividade hoje é encontrada com mais intensidade na zona rural da cidade.

A fabricação artesanal de vassouras, cestas e outros artigos de mesma matéria prima ainda são produzidos, mas em pequena escala e com mercado indefinido. Também ganhou espaço a fabricação de vassouras utilizando a fibra das garrafas pets.

São raras as casas de farinha funcionando no perímetro urbano, ficando a atividade predominantemente na zona rural, algumas não resistiram ao tempo. Segundo relatos populares, a farinhada agitava bairros promovendo oportunidade de apreciação de atividades artísticas como música e dança, de partilha de mantimentos advindos da planta, compensação econômica com a comercialização do que era produzido e ainda, a união de famílias e oportunidade de casamento entre os jovens.

Sobre as Rendeiras e Bordadeiras, que há meio século, tecem um produto de tradição, mas não ganham visibilidade econômica, apesar de existir um mercado de artesanato na cidade, que hoje é tomado por comércio de eletroeletrônicos, não incorporando ao mercado estadual, que é aquecido por polos estaduais, como por exemplo: a Cearte.

Os doces também fazem parte da tradição cultural no município. Nos mesmos lugares onde existiram casas de farinha, existiram também muitos engenhos onde eram fabricados artesanalmente todos os produtos



advindos da cana de açúcar e de frutas. Esta atividade hoje é encontrada com mais intensidade na zona rural e se difunde por outros bairros da cidade.

O ponto-de cruz, a fabricação artesanal de vassouras, cestas e outros artigos da mesma matéria prima ainda são produzidos, mas em pequena escala e com mercado indefinido).

O processo de catequização fez surgir nos bairros mais antigos e de antiga posse indígena, uma difusão de festas religiosas, dando a cada bairro um santo. Podemos citar a festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na sede da cidade; a de São Sebastião, que era feita na Sede, mas hoje é feita apenas no Distrito de Itaipaba: a de Santa Luzia, no Tucum, a de Santo Antônio, em Itaipaba e Formoso: a de São José, no Banguê; Nossa Senhora das Dores, no Croatá II; Sagrado Coração de Jesus, no Coaçu; a festa de Nossa Senhora da Assunção, na Igreja Mãe (Igreja Velha); Nossa Senhora do Carmo, no Cumarú; São João Paulo II, no Alto da Boa Vista; Nossa Senhora Aparecida, na Cohab; São Pedro, no Croatá Cipó; São José, Mangabeira; Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, no Banguê; Sagrado Coração de Maria, no Limoeiro; São João Bosco, no Dom Bosco; São Paulo, Paulicéia; Nossa Senhora da Saúde, na Base; N. Sra. do Desterro, Pascoal; Santo Expedito, na Cavalaria; N. Sra. de Fátima, nas localidades de Lagoa Seca (Paróquia), Lagamar e Cruz das Almas; Mãe Rainha no Croatá I; São João Batista na Curimatã; Imaculada Conceição, no Umari; a de São Francisco e a Semana Franciscana Missionária, no Buriti, dentre outras.

As danças populares de maior projeção no nordeste, como o coco, o xaxado, o xote, entre outros, foram praticadas por muito tempo pelo grupo de dança do Colégio Nunes Morais. As apresentações do grupo eram feitas na escola onde o mesmo surgiu e, eventualmente, eram realizadas apresentações em outras localidades próximas ao município. Atualmente, o grupo encontra-se desativado. Hoje há uma retomada dessas atividades nas escolas estaduais: Dione Pessoa, José Maria Falcão e Pe. Coriolano, que são executadas no Projeto Alunos que inspiram, do Governo do Estado.

Além destas, havia o grupo de Boi do mestre Josias Machado, que fazia junto com os seus filhos, parentes e amigos; as danças das festividades do reisado no bairro Buriti dos Esmeros. Atualmente, essas manifestações são realizadas pelo Grupo de Reisado “Estrela do Oriente”, ligada a Comunidade São Francisco, no Buriti, que produz Reisado, Pastoril, Alto de Natal e Grupo de Fantoches e outras comemorações religiosas.

As quadrilhas juninas de Pacajus têm atividades constantes e participam de vários festivais da região do Vale do Caju, estaduais, interestaduais (Regional) e nacional. Podemos destacar, sendo um segmento forte e consolidado no município que vai passando de geração em geração. Grupos como Cirandaia, Milho Verde, Colher de Pau, Nação Nordestina, Mago Vêi, dentre outros grupos tiveram suas atividades realizadas entre 2000 e 2018. Alguns grupos juninos minguaram devido à falta de apoio. Outras buscaram atividades em outras localidades para fazerem-se ver em vários outros municípios, mantendo-se ativas e apreciadas. Das existentes, atualmente, podemos citar: Quadrilha Quilombola Afro-junina da Base, Grupo Junino Flor do Caju, Quadrilha Jeito Junino e Jeitinho Junino e a Quadrilha Formoso Luar.

Aliada a esta manifestação cultural, temos o cordel e o repente, difundidos publicamente pelos próprios cordelistas, cantadores, trovadores e repentistas. Na região, há ainda as tradicionais: Corrida do Jumento, Cavalgada Parque José Belarmino (Semana do Município, no terceiro domingo de Maio), Cavalgada da Padroeira (08.12), Cavalgada Paz e Bem (04.10), Cavalgada de São Paulo (Paulicéia), Cavalgada da Sagrada Família, Itaipaba.



O Carnaval se organizava em blocos que reuniam foliões nas ruas e no antigo Centro Recreativo de Pacajus (CRP), animando a cidade com marchinhas e brincadeiras características desta época do ano. O Carnaval de Marchinhas acontecia na Praça Renato Pessoa de Aguiar, com os blocos: Carnavalado, Charanga do Chaguinha, os Matutinhos e entre outros. Na zona rural, no distrito de Itaipaba, tem o Bloco 100 Telha Pomba, que anima a comunidade no período do Carnaval.

A tradicional “Queima de Judas” vem sendo difundida na Cultura Popular, através de vários grupos. Grupos estes, que mantêm viva essa tradição: Anjos da Paz (20 anos de tradição), ABCAI (05 anos).

Contribuição do texto: Antônio Alexandre Fernandes Paixão. Produtor Cultural, ator, diretor, escritor, dançarino e amante das artes. Criador e produtor do “Grupo Parafolclórico Mago Vêi” e das suas ações, participante do Conselho Municipal de Política Cultural da cidade de Pacajus, membro voluntário na associação “ABCAI”, membro voluntário da “Associação Comunitária da Localidade da Base” e Coordenador Pedagógico Cultural da escola Livre Maloca das Artes.

2.2.3.1. COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BASE

A formação de quilombos aconteceu, praticamente, em todas as regiões do continente americano onde houve escravização africana. A palavra quilombo, transcrita para o português como quilombo, vem do quimbundo, uma das línguas faladas em Angola, e, originalmente, significava acampamento, união ou cabana. Já na região de Cassanje, também em Angola, designava acampamento militar ou sociedade de iniciação de guerreiros. No Brasil, os quilombos eram comunidades formadas por negros fugidos e seus descendentes. Além deles, indígenas e mestiços também se abrigavam nesses lugares. Nos primeiros séculos do período colonial, os quilombos, na maioria das vezes, estavam localizados em regiões de difícil acesso, como regiões entre rios, serras e florestas. Ainda assim, mesmo estando em lugares protegidos, a maioria ficava perto de fazendas, povoados e vilas, e o contato com esses vizinhos ia desde ataques a eles até relações de trabalho e de comércio. Mas, com o tempo, muitos quilombos igualmente se formaram a partir de terras doadas por serviços prestados, assim como por áreas de apossamento ou por terras compradas ou herdadas. Isso fez com que surgissem quilombos, especialmente a partir do século XIX, nas proximidades ou até mesmo nas terras das antigas propriedades rurais escravagistas ou ainda perto de centros urbanos. Em grandes cidades, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, surgiram até quilombos urbanos.

As comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base fazem parte do processo histórico de surgimento de muitas pequenas e médias comunidades rurais negras em todo o Brasil. Nas últimas décadas da escravidão, e mesmo após a sua abolição, em 1888, negros fugitivos, libertos e seus descendentes passaram a constituir um grande campesinato negro, no qual a articulação com grupos indígenas, o que inclui a miscigenação com eles, foi uma prática comum. Sendo assim, as comunidades quilombolas não estão aparecendo apenas agora, elas já existem há muito tempo, porém estavam historicamente invisibilizadas mediante um processo de marginalização social. Os quilombos do Alto Alegre e da Base localizam-se, respectivamente, em Horizonte e Pacajus, sendo que o primeiro está a 5 km e o segundo a 8 km de distância das sedes de seus respectivos municípios. Alto Alegre é um bairro rural, que fica no distrito de Queimadas, já a Base é uma localidade da zona rural de Pacajus. No ponto onde essas comunidades se encontram, a fronteira entre os dois municípios é demarcada pelo curso do riacho Areré, que, igualmente, estabelece os domínios das mencionadas comunidades. Estas possuem, aproximadamente, 375 famílias, num total de 3.445 pessoas, sendo 2.882 em Alto Alegre e 563 na Base, as quais se identificam como quilombolas.

Essas comunidades partilham do mesmo percurso histórico, como origens, usos do território, representações e práticas culturais. Uma identidade étnico-racial construída por meio de relações de parentesco estabelecidas entre as famílias Bento, Chagas, Ferreira, Gadelha, Pequeno, Ramalho e Silva, visto que ainda é comum a prática do casamento entre primos. Portanto, pode-se afirmar que existe um único território quilombola, já que a sua divisão se deu apenas por conta da emancipação política do município de Horizonte. Este foi distrito de Pacajus até 1987, uma vez que, nesse ano, obteve sua autonomia político-administrativa. Ressalta-se que os troncos familiares quilombolas mais antigos se estabeleceram nessa região antes mesmo da criação desses dois municípios, quando tudo ali ainda pertencia a Aquiraz. A origem dessas comunidades quilombolas vincula-se à saga de Cazuza Ferreira da Silva, mais conhecido como Negro Cazuza, o ancestral-fundador do Alto Alegre. Em entrevista concedida no ano de 2019, Manoel Vicente da Silva, o vô Vicente, bisneto de Cazuza e, na época, o habitante mais idoso do território quilombola, disse:

[...] ele não era daqui não, ele era da África. [...] Cazuza, que fundou aí o Alto Alegre. Ele, quando veio lá da Barra do Ceará, ele não veio direto pr'ali não. Ele veio lá pro Saco [lagoa do Saco ou lagoa do Guilherme], de Horizonte. Lá ele passou um bocado de tempo, a família já criada, aí foi que o João Beiju disse: — ‘Seu canto não é aqui, aqui tá muito habitado, ‘cê vai lá pro canto em tal que lá tá desabitado, pra tomá conta de lá’ — Aí veio, amostrou a ele as água [...] naquelas baixa, que as água aqui é fácil.

De acordo com narrativas dos quilombolas do Alto Alegre e da Base, Cazuza fugiu de um navio negreiro que estava ancorado na barra do rio Ceará, em Fortaleza O que pode vir a confirmar tal versão é o fato de que há registros de um episódio ocorrido na barra do rio Ceará, em 1835, no qual foram apreendidas duas embarcações que transportavam 167 africanos escravizados. Isso se deu pelo fato de o tráfico internacional de escravizados para o Brasil ter sido proibido em 1831. De acordo com documentação da época, na ocasião, sete deles conseguiram fugir, e um desses pode ter sido o Negro Cazuza. Em sua rota de fuga, Cazuza acabou chegando à região onde hoje é o município de Pacajus, que, na época, chamava-se Montemor. Cazuza, porém, foi perseguido por pessoas da região onde ele havia chegado. Sobre isso, vô Vicente contou: “[...] meu bisavô foi pegado a dente de cachorro e à casco de cavalo [...]”. Cazuza foi capturado, amarrado no tronco de uma carnaúba e açoitado por três dias, todavia, ele fugiu novamente e conseguiu abrigo entre os Paiacus, que habitavam a região onde hoje é o bairro Buriti, em Pacajus. Vale ressaltar que nos períodos colonial e imperial, era comum que negros em fuga se refugassem em comunidades indígenas.

Com relação a tal vivência de Cazuza entre os indígenas, vô Vicente narrou: “[...] ele gostou duma índia e a índia gostou dele. [...] ele não tinha casado ainda não [...]”. O casal foi morar, primeiramente, nas imediações da Lagoa do Saco (Lagoa do Guilherme) e, depois, onde hoje é o Alto Alegre, em Horizonte. Assim, os quilombolas do Alto Alegre e da Base e os caboclos de Pacajus, descendentes dos Paiacus, possuem laços históricos de afinidade devido a relações de parentesco e à ocupação de espaços onde hoje, por exemplo, fica o bairro Alto da Estrela, em Horizonte, no qual os quilombolas se estabeleceram a fim de fixar residência ou de estabelecer áreas de cultivo. Já os caboclos também utilizavam essa região para a prática da agricultura.

Cazuza foi morar e trabalhar nas terras de João Beiju, que pode ter sido um coiteiro, nome pelo qual era chamada a pessoa que dava abrigo a escravizados fugidos. Conforme os relatos dos quilombolas, João Beiju sugeriu a Cazuza que comprasse uma parte do local em que ele e sua família foram colocados para morar e trabalhar. A respeito disso, vô Vicente falou que “[...] o João Beiju começou vender esse terreno e aí, ele comprou. [...] sabe quanto ele pagava por anos? Dez Mirréis [Mil Réis]. [...] só sei que, quando ele morreu,

ainda ficou devendo [...]”. Isso demonstra o quanto a memória do povo do Alto Alegre e da Base se encaixa no contexto histórico brasileiro de formação de pequenas e médias comunidades negras rurais, o que, como mencionado, aconteceu, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, conforme um campesinato negro passou a se estruturar com base nas relações de parentesco, nas culturas ancestrais e no uso comum do território.

O núcleo mais antigo de povoamento do mencionado território quilombola é onde hoje se localiza o bairro Alto Alegre, o qual foi ocupado em meados do século XIX. De acordo com relatos, o nome Alto Alegre, que, para os mais antigos, devido ao declive existente no terreno, era Baixa do Alto Alegre, tem sua origem em festas bem animadas, que aconteciam na parte mais alta daquele lugar. No decorrer do tempo, devido ao aumento de sua população, ocorreram migrações para outras partes do território. No início, esses lugares eram usados como locais de caça, de coleta e de cultivo agrícola, mas, depois, transformaram-se em locais de moradia.

A comunidade da Base, que fica em Pacajus, é um exemplo de tais migrações. Os seus primeiros habitantes, ainda na década de 1940, foram José Raimundo da Silva, o tio Zezé, bisneto de Cazusa, e sua esposa, Irene Chagas da Silva. Logo depois, Maria Agostinho da Silva, a Dadá, e vô Vicente, irmãos do primeiro, igualmente migraram para lá. Segundo tia Irene, quando ela e tio Zezé chegaram à Base, foram morar numa “[...] casinha de taipa, bem pequeninha. [...] quando era de tarde, passava aquelas raposas por detrás da casa. Naquele tempo, a Base era uma mata medonha, [...] nós tirava lenha quase dentro de casa mermo [...]”. A Base, inicialmente, era chamada de “a outra banda do Alto Alegre”. Hoje em dia, alguns idosos do Alto Alegre ainda usam essa expressão. Sobre a origem do nome Base, vô Vicente informou que “[...] foi por causa dum lugar de Fortaleza, que tinha um lugar por nome Base. [...] baixou avião aqui em 49 [1949], [...] era dos Nogueira, [...] aí ficou por Base também [...]”. Um membro da família Nogueira igualmente contou essa versão, segundo o qual: “[...] em 1949, foi construído um campo de aviação, que era a base do Coronel Joaquim Nogueira Lopes. Lá desciam aviões no final de semana [...]”

Então, a partir de um primeiro núcleo histórico de ocupação, os quilombolas espalharam-se e promoveram uma territorialização que ocupava um espaço maior do que é realmente hoje o bairro Alto Alegre. Os atuais bairros Alto do Estrela, Cajueiro da Malhada, Alto da Boa Vista, Vila Nova, em Horizonte, e as localidades da Base e do Cipó, em Pacajus, faziam parte, segundo os quilombolas, do território histórico do Alto Alegre. Em junho de 2015, a presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº 22, autorizou a desapropriação dos imóveis rurais que estivessem dentro do território quilombola de Alto Alegre e Base. Com 498 hectares, o território quilombola sugerido para desapropriação e titulação coletiva é menor do que o território histórico do Alto Alegre. Nessa proposta, constam terras que hoje correspondem aos bairros Alto Alegre, Vila Nova e Alto do Estrela, em Horizonte, e às localidades da Base e do Cipó, em Pacajus. A seguir, pode-se conferir uma representação do que correspondia ao território histórico do Alto Alegre, segundo as memórias de seus moradores, bem como a sugestão do INCRA para desapropriação e titulação de parte daquele território.

Texto de Geimison Falcão de Lima. Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri (URCA/ Rede PROFHISTÓRIA). Autor do livro: História, memória e identidade do Território Quilombola de Alto Alegre e Base (2021). Professor da Rede Pública Estadual do Ceará. E-mail: geimisonfalcao@gmail.com



2.2.4. ARTES CÊNICAS

2.2.4.1. TEATRO

Os dramas, feitos por pessoas que gostavam de dramatizar histórias para entreter amigos, vizinhos e familiares, foi uma manifestação cultural muito presente em Pacajus. Dela, surgiram as primeiras linhas escritas para a dramaturgia. O Sr. Valdiberto Camilo teria sido, além de primeiro romancista, o primeiro dramaturgo pacajuense.

Em meados dos anos 1990, se tem um registro oral e fotográfico, de experimentos teatrais na Comunidade São Francisco, do Bairro Buriti, JUMISPA – Juventude Missionária de Pacajus.

Este gênero teatral, porém, extinguiu-se, dando lugar a Cia Guarany de teatro, que realizava desde os anos 40, a Paixão de Cristo, com o fim de angariar recursos para a construção da Igreja Matriz. Posteriormente, no ano de 2001, surgia a Cia SerArte de teatro e dança, lançando em Pacajus uma leva de artistas, que davam seus primeiros passos no Teatro e na Dança. A primeira semente foi lançada na Comunidade São Francisco, no Buriti, onde seu fundador, Francisco Edson Freitas e a turma de jovens que eram catequisandos e participavam da liturgia e do canto, tanto na comunidade como na sede da Paróquia N. Sra. da Conceição. No início foram produzidos dois espetáculos: Ser Criados e Irmão Francisco. Posteriormente, o grupo se desvinculou e, passou a produzir outros espetáculos de cunho crítico social, regional, infantil, de rua, adaptações de obras do teatro Nacional, de grandes renomes, além de amostras e formação de plateia. Tendo como espaço de referência a escola estadual Pe. Coriolano, além de praças locais, teatros da região, como de Horizonte e Beberibe, além, também de estreiar no Teatro Morro do Ouro, do Theatro José de Alencar. Mas a sua maior produção, tem sido o espetáculo da Paixão de Cristo, que atualmente já consta com 22 (vinte e duas) edições, tendo seu início em 2002. Espetáculo este, que se tornou referência e reconhecimento local, regional e estadual. Sendo este por último, fazendo parte do calendário de eventos religiosos do estado do Ceará, assim como do calendário de eventos culturais da cidade de Pacajus. A Cia SerArt abriu as portas para grandes artistas nas mais diversas áreas, seja no teatro, na dança e na Música, e em outras formas de linguagens cênicas.

No exercício da Gincana da Integração Estudantil, em meados dos anos 2000, surgiram várias expressões artísticas culturais, que envolvia toda rede de ensino, tanto público e particular. Deste movimento surgiram novos grupos teatrais: Grupo Encenação (Colégio Municipal), Grupo Arriégua (Pe. Coriolano) Grupo Basarte (Comunidade Quilombola). Como representante, embora não atuante no meio teatral da época, o grupo de teatro na escola Municipal Dep. Pedro José, teve destaque em uma das edições da Gincana, como o melhor grupo na categoria teatral.

Atualmente, mesmo com a falta de espaços de promoção teatral, existem grupos como o Espetacularte (surgido no ano de 2005, grupo atuante na Capela N. Sra da Paz, no Planalto Popular), Grupo Cobiaias, formado por integrantes da Cia SerArt, que surgiu em 2008; o Grupo Basarte (grupo que surgiu do movimento religioso da Capela N. Sra. da Saúde, Comunidade da Base); Grupo Paiaçus, formado em 2014 através de um projeto sociocultural, chamado “Pacajus de Aldeia a cidade – uma história”.

Revisão e contribuição: Francisco Edson e Lindemberg Brasil.



2.2.4.2. Dança

As práticas dançantes em Pacajus tiveram repercussão e progressos principalmente através de institutos educacionais. Eventos como as Gincanas Culturais promovidas pelo poder público e o Grupo de dança folclórica do Colégio Nunes Morais unia jovens em torno de projetos para apresentações de dança em público. A Cia de dança Guarany é resultado deste incentivo cultural dado pelas escolas Integrado por adolescentes, a Cia Guarany trata das histórias e vivências do município.

Atualmente o exercício de dança acontece através dos Grupos de Quadrilhas Juninas (dentro do seguimento artístico da Cultura Popular). Nas academias, como prática da dança esportiva. Dentro do espetáculo da Paixão de Cristo, apresentado pela Cia SerArt. Nas liturgias das celebrações na Igreja católica e nos cultos evangélicos.

2.2.4.3. Circo

A Turma do Tapiok Palhaços e Animações possui mais de 19 Anos de atuação no mercado de animação. Um grupo que preza e mantém uma postura íntegra e respeitosa com o público, pois é o diferencial. Trabalham com brincadeiras voltadas para o público infantil e adultos, sendo o seu foco de respeito mútuo, utilizando um vocabulário de classificação livre, sem palavrões, muito menos brincadeiras de mal gosto, e se enquadra para todo público desde a criança, adolescentes e adultos. Realizam trabalhos em eventos escolares, hospitais, praças, capelas, igrejas católicas, comunidades carentes, igrejas evangélicas, propagandas, divulgações, frente de loja, eventos de pequeno e grande porte. Sempre presando pelo respeito e bem-estar do público por que A Diversão Sempre Continua...

Revisão e contribuição: Francisco Edson e Marcos Paulo Roque Pio.

2.2.5. Fotografia

O trabalho fotográfico em Pacajus está em exercício desde a década de 40. A prefeitura, na época, pagava o fotógrafo que registravam as principais paisagens, famílias e hábitos da cidade dos quais se têm conhecimento hoje. Dentre estes se destacava o falecido Sr Ary Nogueira. Outros fotógrafos se destacaram na cidade pelo ramo da fotografia profissional dirigida ao mercado de eventos. Os gêneros de fotografia, porém restringiam-se ao documental, ao comercial, ao social e à fotojornalismo, sendo que, apenas recentemente há práticas fotográficas artísticas. Estas vieram surgir com a atividade amadora de alguns amantes desta categoria artística. Atualmente, o ramo da fotografia, tem se expandido com o advento da era digital e da Internet, ganhando força e adeptos no sentido da divulgação das mais diversas formas de expressão.

Um fotógrafo é um profissional que se dedica à arte e à prática de capturar imagens por meio de uma câmera. Ele tem a habilidade de contar histórias, transmitir emoções e capturar momentos únicos através de suas fotografias.

O trabalho de um fotógrafo começa muito antes de apertar o botão do obturador. Ele precisa planejar suas sessões fotográficas, seja em estúdio, em locações externas ou em eventos específicos. Isso envolve escolher o equipamento adequado, determinar as configurações da câmera, estudar a iluminação e estabelecer a composição desejada. Em resumo, um fotógrafo é alguém apaixonado por capturar momentos, contar histórias e expressar sua criatividade através das imagens. Ele é um observador do mundo, buscando eternizar momentos efêmeros e transmitir emoções por meio de suas fotografias.

Destacamos aqui os fotógrafos: Wendyson, Marcio Castro, Marcio Feitosa, Ana Suely, Bruna Mesquita, Cosmo, Clecio Costa, Orch e Zé das Fotos.

2.2.6. Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

As atividades literárias em Pacajus tiveram mais visibilidade e maior possibilidade de acesso, a partir da implementação da política pública cultural de editais que ampliou nos últimos anos, a quantidade de livros publicados e rodas de conversas com escritores da cidade. O município de Pacajus lançou o primeiro edital de publicação literária em 2018 com recursos próprios. Em 2020, a partir dos recursos do inciso III da Lei Federal Nº 14.017, de 29 de junho de 2020, intitulada Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, o município publicou seu segundo edital para o segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

A primeira obra publicada que narra um pouco da história, geografia, sociologia e economia da cidade é o livro *Pacajus: de aldeia a cidade* (S.E, 1990) da professora e historiadora, Valdelice Carneiro Girão. É uma obra de referência para novos pesquisadores e escritores da cidade e principalmente, é um livro que contribuiu (e contribui) para compreender a dinâmica social dos moradores na década de 80 e 90 e para observar as mudanças que aconteceram em Pacajus durante os últimos 40 anos.

O livro da professora Valdelice Girão foi, durante muito tempo, o único registro impresso para consultas e pesquisas sobre a cidade. Ou seja, era a única fonte histórica publicada com informações relevantes de Pacajus. Somente em 2015, após vinte e cinco anos da obra de Girão, o professor e também historiador, Marcos Felipe Vicente lançou, de forma independente, seu livro *Os Caboclos da Vila de Guarany; história e memória das lutas pela terra* (DinCE, 2015). O livro aborda as lutas pela terra entre os caboclos, descendentes dos indígenas Paiaku, e uma família de proprietários de terra local.

O primeiro edital municipal de publicação literária lançado em 2018 resultou no livro *Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus: a etnia Paiaku nas fronteiras da Colonização* (EdUECE, Museu do Ceará, 2019) também do professor Marcos Felipe Vicente. O livro aborda as relações de contato entre os indígenas Paiaku e os colonizadores, na ribeira do Jaguaribe, entre os séculos XVI e XVIII, analisando os conflitos e as estratégias de diferentes agentes do contexto colonial.

O professor Marcos Felipe Vicente publicou também *Do Paiaku de Montemor ao Caboclo da Vila de Guarany: luta por terras e redefinições identitárias* (EdUFF, 2023), no formato em E-book e com esse livro foi vencedor do prêmio melhores teses UFF (2021). O livro aborda as relações identitárias dos indígenas Paiaku com seus territórios, entre os séculos XVI e XX, problematizando as redefinições identitárias daqueles sujeitos e as diferentes estratégias utilizadas na busca pela manutenção desses territórios.

Os livros do professor Marcos Felipe Vicente são, atualmente, as principais fontes de pesquisas para os pacajuenses compreenderem a formação da identidade local, os importantes processos sofridos pela cidade ao longo dos séculos e principalmente, é uma comprovação que a cidade de Pacajus tem uma ancestralidade indígena.

Através do mesmo edital municipal de publicação literária foi publicado o livro *Florilégio* (Impreco, 2019) dos autores que integram o Mocaroró Literário, José Augusto Secundino, Maria do Socorro Gomes Pinheiro, José Valdir Gomes Beserra e Francisco Nágilo de Queiroz Menezes. O livro é uma coletânea de poemas, cordéis e trovas dos autores e a temática central da produção é a cidade de Pacajus. O livro conta ainda com ilustrações de Rose, Nataly Pinho, Marques Pimenta, Miro Faheina, Késsio Linhares, Vanis Silva, Aline Del Picolo, Alice Soares e Bel Garcia.

O Mocororó Literário é um coletivo de escritores, trovadores e poetas da cidade de Pacajus que se reúnem, uma vez por mês, na Praça Pública Renato Pessoa de Aguiar para discutir uma obra literária e também para partilhar seus escritos. O coletivo surgiu em 2014 com o objetivo de divulgar a produção literária dos pacajuenses.

O Sarau Literário de Pacajus – SALIPA surgiu nos encontros do Mocororó Literário para promover um evento festivo e celebrativo da literatura oral e popular da cidade e teve como principal referência, os festivais em praça pública realizado pelos repentistas e cordelistas. A quarta edição do evento aconteceu em 2020 e contou com diversos artistas da cidade.

Além do evento presencial, o SALIPA foi um programa de rádio que era transmitido pela FM Guarani, todos os sábados e trazia como pauta principal, a literatura popular de cordel. Os quadros de destaque do programa eram: poesia de segunda e entrevista com convidados. Durante a pandemia, o SALIPA se transformou em podcast e está disponível na plataforma de streaming, Spotify com 08 episódios.

Em Pacajus, além do coletivo Mocororó Literário, surgiu durante a pandemia, o coletivo LerElas. O coletivo se reúne uma vez por mês, aos sábados, desde 2020 para discutir obras escritas por mulheres. Atualmente os encontros são realizados de forma on-line, com participantes de diversas cidades do Estado do Ceará e também de outros Estados. A mediadora do LerElas é a escritora Elzilene Nóbrega.

Também em 2020, a escritora Elzilene Nóbrega publicou seu livro de contos, a partir da memória de dez moradores da cidade, intitulado *Histórias da Rua Grande: contos populares de uma cidade* (Substância, 2020). Essa publicação literária foi apoiada pelo XI Edital de Incentivo às Artes – 2016 da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará na categoria Literatura. O livro tem ilustrações de Nayara de Freitas e fotografias de Felipe de Sousa.

A Secretaria Municipal de Cultura de Pacajus lança em 2020, o segundo edital para o segmento. O edital previa três categorias: difusão – formação e criação literária. Foram contemplados três artistas: José Augusto Secundino para a realização de mais uma edição do SALIPA; Karulyne Vick Cordeiro de Oliveira com a proposta de uma oficina de contação de histórias e Elzilene Nóbrega na categoria criação, em que resultou na publicação do livro infanto-juvenil *A Luz Misteriosa no Céu do Sertão* (Substância, 2021). Em 2021, o professor e historiador Geimison Falcão publica o livro *História,*

Memória e Identidade do Território Quilombola de Alto Alegre e Base (Expressão Gráfica e Editora, 2021). As comunidades quilombolas do Alto Alegre e da Base localizam-se, respectivamente, em Horizonte e Pacajus, e possuem aproximadamente, 375 famílias, que se autoidentificam como quilombolas. No livro compreendemos que Alto Alegre e Base partilham do mesmo percurso histórico, como origens, usos do território, representações e práticas culturais.

No ano seguinte, o cordelista e escritor, José Augusto Secundino foi contemplado no XII Edital de Incentivo às Artes – 2022 da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará na categoria Literatura e lançou, em 2024, uma *Coletânea de Cordéis* (Impreze, 2023), incluindo algumas produções de estudantes que participaram de oficinas ministradas pelo cordelista.

Também foi aprovado no mesmo edital da SECULT/CE, o livro *Os Forasteiros do Bem* (S.E., 2023) do escritor, José Valdir Gomes Beserra. O gênero do livro é autoficção, pois reúne muitas memórias do escritor, entrelaçado a esteira da imaginação. O autor declara no livro, o seu amor pela cidade de Pacajus.

A Secretaria de Cultura e Turismo de Pacajus lançou em 2024, o terceiro edital que contempla o segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, a partir dos recursos da Lei Complementar nº 195/2022, popularmente conhecida como Lei Paulo Gustavo. O edital teve três categorias: 01 – ação de circulação e difusão literária; 02 - ações de qualificação e formação; 03 – realização de eventos. O resultado final ainda não foi divulgado pela secretaria.

No Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará constam duas bibliotecas de Pacajus cadastradas: a Biblioteca Pública Municipal José Gama de Queiroz, localizada no Centro da cidade e o Ponto de Leitura Saberes do Quilombo, localizado na Comunidade Remanescente de Quilombo Base. A Biblioteca Dalva de Queiroz do Centro Cultural Maloca dos Brilhantes foi premiada em 2023 no edital Pontos de Leitura do Ministério da Cultura.

Além dessas citadas anteriormente, na cidade de Pacajus tem mais quatro Bibliotecas Comunitárias: uma localizada no Sítio Aquários com acervo doado pela escritora e proprietária, Fátima Gurgel; uma na sede da Associação Nossa Senhora das Graças na comunidade do Coaçu; uma biblioteca livre na ONG AICC que fica no bairro Aldeia Park e uma gibiteca na AACP localizada no bairro Cumaru.

Contribuição do Texto: José Valdir Gomes Bezerra. Maria Elzilene Moreira Nóbrega e Oliveira, Mestra do curso Interdisciplinar em História e Letras (MIHL/FECLESC/UECE). Autora dos livros: Histórias da Rua Grande e A Luz Misteriosa no Céu do Sertão. Professora da Rede Pública Municipal de Pacajus.

2.2.7. Música

Apesar de o músico Ernandes Modesto já ter ganhado festivais de notoriedade estadual durante a década de 80, isto não provocou incentivos públicos do município para a música. Apenas recentemente, entre os anos 30 e os dias atuais, alguns jovens têm ingressado em carreira ou formação musical. Alguns deles já estão fazendo parte do mercado musical associado a bares e restaurantes ou do trabalho educativo em música, dando aulas particulares ou as financiadas pela prefeitura. Há também estúdios de áudio que realizam produções musicais e de comunicação

A Secretaria de Cultura, além de promover a educação musical a partir de aulas de violão, incentiva também estudo em outros instrumentos através de pagamento de bolsa para ingressos na Banda de Música Municipal, grupo mantido pelo poder municipal. Bandas marciais de percussão e de fanfarra ligadas a atividades cívicas das escolas têm intensas atividades.

As bandas de rock, surgidas também na década de 90, organizam-se para realizar festivais do gênero. Bandas com tendências da música regional popular MPB e rock têm projeção municipal e reconhecida qualidade musical; o forró tanto o tradicional quanto o eletrônico, também tem o maior número de músicos em atividade.

2.2.8. Comunicação.

Existiam até os anos 2000, as radiadoras, que eram a grande mídia de entretenimento e informação na cidade, com atividades regulares, locutores carismáticos e programações sempre voltadas para eventos tradicionais alou religiosos.

As rádios atuais algumas surgidas nos anos 80, têm programações e abrangências próprias, a saber Guarany, Monte-Mor, FM Shalom (antiga Boa Nova), Capital do Caju e Terra FM.



Atualmente a rede TV da Gente compõe parte das opções do canal aberto na cidade, com atuação em várias cidades da região, proporcionando informação e entretenimento ligados aos acontecimentos e hábitos locais e de direto interesse dos espectadores. Temos também a TV online Pacajus, na esfera digital.

As artes gráficas vieram junto com o crescimento das demandas em marketing para o comércio, fazendo surgir as primeiras gráficas da cidade. Existem ainda revistas de circulação regional editadas no município e ligadas ao setor da moda.

Contribuições do texto: Paulo George Lucas Correia, bacharel em Direito, estudioso sobre Direito e Cultura, Coordenador de Tecnologias da Ong Aicc, Pedagogo, Educador Social e Especialista em Software Livre, Conselheiro de Cultura.

2.2.9. Design e Moda.

A partir do ano de 2004 com o surgimento das agências de moda locais a primeira agência foi a kiss Model Brasil, que logo em seguida abriu portas para agências como Best Models em 200 e as agências L´model e a AR models.

Hoje atualmente o setor da moda no município de Pacajus tem vários nomes de eventos que marcaram e marcam a temporada Semana de Moda realizada no período de agosto. Além do evento Pacajus Fashion Designe que vai para sua 5ª edição.

Outra área muito forte no setor de moda no município são os desfiles de concursos de beleza: Concurso Miss e Mister Pacajus, Rainha e Rei do Caju, Garoto e Garota Pacajus, o mais Belo e mais Bela Estudantil, Miss e Mister Teen, Miss Gay e Garoto e Garota Estudantil.

O setor da área de design e moda também cresceu muito no município de Pacajus através dos cursos de formação realizados pelo Centro Cultural Maloca dos Brilhantes, onde deu oportunidade a várias mulheres a ingressarem no setor da moda, aprendendo a desenvolver trabalhos de modelagens onde hoje trabalham com corte e costura.

No setor de modelos temos vários destaques. Algumas modelos que se destacaram a nível cearense, como Letícia Medeiros, Ângela Alves, Ana Suellen, Kauê Rodrigues, Gabriel Queiroz, Crislen Carlen, Caio Magarotti, dentre outras misses que também criaram seus espaços em nível cearense.

2.2.10. OSCS

Em Pacajus, a concepção assistencialista do associativismo gerou várias associações que tem projetos voltados para o auxílio de comunidades carentes.

Embora esta característica predomine, existem ações culturais nestas ONGs. Outras que realmente tem caráter cultural mais destacado revezam suas ações entre cultura e outras áreas, como esporte, educação, inclusão digital e geração de emprego e renda:

- CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Sustentável).
- AICC (Associação Integrando e Construindo o Conhecimento).
- ABCAI (Associação Beneficente da Criança, do Adolescente e do Idoso do Bairro do Buriti e Adjacências).
- Associação Filantrópica Educacional Nossa Senhora das Graças.
- AGAEL (Associação Ginga e Arte de esporte e lazer).

- IMA (Instituto Motirô Aimara).
- ARQUIBA (Associação dos Remanescentes de Quilombos da Base).
- Associação dos Vaqueiros e Cavalgadas do Vale do Caju.
- Associação dos Moradores de Pascoal
- Associação dos Moradores de Itaipaba
- Associação dos Moradores da Lagoa Seca
- Associação dos Moradores de Aldeia e adjacências
- Associação dos Moradores do Alto da Boa Vista
- Associação das Mulheres do Vale do Caju
- AACF

Contribuições do Texto: Sílvia Maria de Paiva, Produtora Cultural e Captadora de Recursos, Linuxista, tece Redes de inclusão e cultura digital, Especialista em Desenvolvimento Sustentável e ODS, Coordena o Ponto de Cultura Livre Gilberto Passos Gil Moreira na Ong Aicc. Certificada pela Universidade do Minho, Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Portugal, e como Parecerista e Gestora na avaliação, classificação e seleção de Pontos e Pontes de Cultura na PNAB pelo Ministério da Cultura, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e Pontão de Cultura Areté.

2.2.11. Patrimônio Cultural

Embora a Lei Municipal nº 45/2009 verse sobre a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural, é necessária uma grande mudança da própria legislação existente, a criação de uma comissão de patrimônio no Conselho e de uma coordenadoria de patrimônio, para que seja possível pôr em prática processos que, em nosso município, se mostram urgentes tombamento registro e valorização de bens culturais.

Podemos citar alguns símbolos reconhecidos popularmente pelo seu valor histórico-cultural local, embora muitos deles não possam mais ser tombados por estarem descaracterizados e mais conservados. E o caso da Igreja Mãe cuja primeira construção tinha como objetivo arrepanhar sobre seu domínio os Índios Paiacus, nação belicosa que contrariava os interesses dos colonizadores. Com o passar do tempo e o dinamismo de própria história esses prédios passam a sofrer interferências e dessas resultam tanto modificações físicas (na estrutura do prédio) como no próprio sentido social da construção. Nossa igreja, de acordo como arquiteto responsável pela última reforma, José Américo Girão Filho, passou por pelo menos cinco momentos importantes que resultaram em grandes transformações:

A primeira edificação, feita em taipa pelos índios do aldeamento, segundo relatos. foi construída onde hoje é a casa do Sr Carlos Alberto, vizinho à Igreja Mãe. A construção era coberta de telha somente na parte do altar e o restante, de palha.

A atual Igreja Mãe foi construída pelos caboclos no tempo dos jesuítas, na Administração do Pe. Sales (essa era uma história contada pelo pai do Sr Vital Esmero, o Sr Manoel Esmero). Por volta do Séc. XIX, ela foi reconstruída, tendo como modelo a arquitetura barroca, mitando as igrejas mineiras, com toda a riqueza de detalhes que caracterizam esse movimento artístico e com o piso de tijolo típico das igrejas de sua época e estilo.

No início do Séc. XX, com a chegada do Pe. Eduardo Araripe e com este encontrando a igreja bastante depredada, ele resolve fazer uma reforma utilizando como modelo a igreja de Aquiraz. Como fruto do seu

tempo, não se preocupou em manter a arquitetura original, promovendo uma modificação profunda na estrutura da igreja.

No ano de 84 o então prefeito José Wilson com a colaboração do Frei Daniel, promoveu uma nova reforma, sente devida orientação necessária, não levando em conta a estrutura anterior utilizando cores fortes, como o azul principalmente o vermelho, substituindo o piso de mosaico do início do século. por cerâmica, tanto na nave central da igreja como no altar-mor, adornando com vários desenhos que representavam anjos, descaracterizando-a ainda mais.

Quando da passagem do Pe. Bosco por nossa paróquia, em fevereiro de 1994 sentindo-se muito incomodado com as cores fortes presentes nas colunas e no altar-mor pois no restante dela a cor era amarela, mandou dar uma pintura cobrindo parte destas cores

Pe. Airton Lima, em 1996, com a ajuda de D. Socorro Almeida e o Sr. Francisco de Almeida Lino Filho (Chicão), a construção de dois banheiros e armários nos fundos da Igreja Mãe, deixando-a com a instalação hidráulica pronta.

Em agosto de 2001, chegou a nossa paróquia o Pe. Reginaldo Guimarães Lime. Segundo palavras dele, "fiquei enamorado pela nossa igreja velha. Sua primeira providência foi concluir os banheiros e armários da referida igreja, fato que ocorreu entre novembro de 2001 e fevereiro de 2002. Com a colaboração de toda a comunidade, merecendo um destaque especial a participação dos moradores da Rua Grande (Rua Cicero Nogueira), foi nascendo o desejo de reformá-la e, se possível, até restaurá-la. Sonho que começou a realizar-se com o empenho de todos os paroquianos e, um pouco depois, da Prefeitura Municipal. A reforma começou em 20 de outubro de 2003 e foi concluída em 25 de junho de 2004.

Logo no princípio do projeto foi descartada a possibilidade de restauração por dois motivos, segundo Américo Filho, primeiro veio do fato de ela ter sofrido um processo de profunda descaracterização ao longo do tempo e o próprio Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) deixou bem claro que, por esse motivo, o seu tombamento não estava na lista de prioridades. O segundo, por estarmos cientes de que restaurar requer disponibilidade de muitos recursos, aproximadamente 300 mil reais. Essa mobilização, na busca desse dinheiro, seria feita tanto por parte dos paroquianos, como por parte do poder público. Diante dessa situação, ou decidida que seria feita uma reforma que resgatasse alguns itens, como o piso que, com a ajuda de fotos, relatos de pessoas mais vividas e, principalmente, do Sr. Mano Nogueira, que guardou durante 20 anos peças do mosaico arrancado na reforma de 1984, foi possível buscar a fabricação de um mosaico semelhante ao utilizado no começo do Séc. XX. As cores usadas (amarelo, rosa, pérola e branco) são as mesmas utilizadas pelo Pe. Eduardo: Havia um ferro de madeira pintado de azul, na forma de "gamela" por cima do altar-mor, infelizmente não houve possibilidade de fazê-lo de madeira, e sim de PVC branco, porém conservando o formato original. Fica claro que a grande preocupação durante esta reforma foi resgatar, ou relembrar, o maior número possível de detalhes que a deixassem semelhante à reforma feita nas primeiras décadas do Séc. XX não dificultando, assim, uma futura restauração (...)

Nossa Igreja Mãe, que sofreu diversas interferências desde a sua primeira construção é, antes de tudo, uma forte referência de nossa identidade cultural e sua importância não está nas paredes, no altar, no piso nas portas, mas na certeza de que, para que ela permaneça viva, precisa da nossa presença e serviço.

Neste texto, extraído do livreto igreja Mãe, uma viagem de através do tempo, escrito pela historiadora e professora Ana Célia Tavares Ramos e por Ariete Balbino e lançado com apoio de Arquidiocese de Fortaleza, Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Pacajus CE e da Prefeitura Municipal de Pacajus informa que a

primeira edificação feita pelos índios seria a casa do Sr. Carlos Alberto Porém, atualmente, a casa e de propriedade do Governo Estadual do Ceará, abrigando atividades da EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará).

Ligadas a esta construção mais antiga, a Rua Guarany e a "Rua Grande" (Cel Cicero Nogueira), são de reconhecida importância histórica por reunir os mais antigos casarios ligados ao nascimento do aldeamento que fez surgir nossa cidade.

Posteriormente, a **Igreja Matriz da Nossa Senhora da Conceição** que também passou por significativas reformas, for marco na história do município por concentrar em si expectativas em lação à vida urbana nascente quando da data de sua construção, concluída em 1951. O mesmo se aplicava a prédios como a dos Correios, uma das primeiras construções com primeiro nível da cidade ainda conservadas. O Mercado Velho (Barracão) deu origem, segundo relatos a feira dominical que hoje enche uma das principais avenidas da cidade aos domingos.

O **Barracão**, ainda existente, encontra-se totalmente descaracterizado e desvalorizado social e comercialmente.

Antiga referência do comércio dos bons produtos consumidos na cidade o Barracão surgiu trazendo o melhor dos hábitos e mercadorias ligados à cultura popular. Por isso, há ainda lá, antigas profissões ainda vivas, como a sapataria artesanal, que sobrevive ao tempo em precárias condições. Os sapateiros, inclusive, são a maior parte dos comerciantes do Barracão. O artesanato utilitário ainda é comercializado por seus produtores e a culinária de suas lanchonetes ainda é consumida por várias gerações.

Como passar dos anos, a modernização do comércio e a especulação imobiliária fez com que outras categorias comerciais fossem agregadas ao espaço antigo, causando estranheza a quem viu surgir o Mercado Velho.

Construído em 1925, segundo relatos, o mercado tinha sido edificado em torno de um cajueiro sob o qual comerciantes reuniam-se para vender produtos como rapadura, farinha, artesanato, carne grãos e outros artigos.

A construção, antigamente, agrupava todos os produtos que hoje são divididas em mercados de diferentes gênero: O prédio era uma espécie de quarteirão oco, com duas aberturas para fluxo de pessoas e pontos comerciais rodeando um grande pátio interno, o qual originalmente era aberto, mas recebeu, sucessivamente, coberta de telhas de amianto e de zinco. Todos os pontos comerciais tinham duas entradas e os alpendres voltados para o interior do mercado. O telhado de Carnaúba e as paredes grossas de tijolo dobrado foram substituídos por estruturas arquitetônicas de nossa época, descaracterizando profundamente o formato original do imóvel.

Quase todas as fachadas que circundam a parte externa do antigo barracão, foram modificadas, descaracterizando a estrutura arquitetônica da época. Resiste ao tempo a bodega do Seu Raimundo Vieira, bastante original e as duas entradas que dão acesso ao pátio principal ostentando os seus grandes portões de ferro adornados. E recentemente, aproximadamente a partir de 2023, o comerciante Sr. Valcir, foi o único comerciante que priorizou a fachada da época, após a sua reforma, mantendo assim os traços físicos da fachada com a data de 1926.



O "**Barracão**" nunca deixou de ser conhecido como tal, apesar de terem existido outras alcunhas decorrentes de outros processos de ocupação do espaço. Houve tentativas de incorporar práticas culturais ao lugar e de consolidá-lo como espaço cultural o que até hoje, não se concretizou efetivamente. A origem do nome de "mercado das putas", que surgiu no fim dos anos 80, tem várias versões das quais se entende que as mulheres trabalhavam lá cozinhando, comercializando também, prestando serviços escusos. **Casarões** como os da atual Ematerce, que era uma antiga propriedade do Sr. Carlos Alberto, tem sido a primeira construção da Rua Grande. O casarão do Sr. Raul Girão, primeiro juiz da cidade, é uma construção do início do século XX, de grande tamanho e rústicos arranjos. A construção sofreu alterações significativas, mas mantém a fachada e outros detalhes conservados. A residência pessoal do juiz abrigava, no seu galpão anexo, as práticas de produção de doces da famosa e hoje extinta Belar Girão, empresa de doces que por muito tempo comercializou suas iguarias no município

Em Itaipaba temos, também do início do Sec. XX, o casarão de Itaipaba, que seria a primeira construção em tijolos do distrito. A mesma pertencia ao 1º vereador do distrito, o falecido Sr. Edmundo Teixeira Joca. Segundo relatos, esta casa conta um pouco da história da localidade pois foi onde as autoridades da década de 60 se encontravam para fazer reuniões políticas e ao mesmo tempo decidirem o destino do distrito. Moradores informam e consta no jornal. O Povo da época que na mesma década, em 1954 o distrito passou a município, mas, com a ditadura militar, todos os municípios novos voltaram à condição de distrito. Também foi um local que durante muito tempo serviu como escola, consultório médico e odontológico. A frente da casa era como um palco para realizações de festas cívicas e culturais, momento esse em que toda comunidade e circunvizinhança iam prestigiar. Atualmente a casa é do Sr. Israel Oliveira e se encontra abandonada, servindo de depósito para guardar objetos. O **Guaratur** propriedade da família Faheina fundado pelo Sr. Miro Guerreiro (Miro Faheina Chaves) e era conhecido como Boate Cacimbão, principal ponto de encontro de jovens de cidades vizinhas (inclusive Fortaleza) a procura de música, bebida e diversão. Anteriormente a este, o empreendedor decidiu construir um hotel para abrigar comerciantes e viajantes que transitavam na cidade a precisavam de um lugar de repouso. Apesar de o negócio ter sido bem sucedido, os sócios não se entenderam quanto ao futuro ao lugar, que se ligou ao Clube Recreativo de Pacajus (CRP) outro empreendimento de lazer de alto investimento e nobres associados que hoje está desestruturado e desativado. O **Carnaubal**, que podemos reconhecer como patrimônio natural e paisagístico. A **Lavanderia**, antigamente conhecida como Cacimbão do Coaçu, tem, até hoje, em frente a sua ruína, o poço que sustentava toda a cidade mesmo em períodos de seca. Já o outro Cacimbão que também abastecia os habitantes mais distantes do centro da cidade, era uma lagoa que servia também como lugar de entretenimento e lazer, mas, com a falta d'água represamentos e aterramentos da construção civil ele se encontra seco e sem estrutura para acolher a população. O **Forró da Rapadura**, evento que acontecia em noite de Natal, ocupava o lugar onde era depositada a rapadura a ser comercializada em Pacajus e nas cidades vizinhas. Anualmente animado desde os anos 50, o forró da rapadura acabou nos anos 70, com a venda reduzida da rapadura e consequente diminuição de visitantes na cidade no período do Natal. Ligadas as datas religiosas estão também tradições já extintas, como a **Procissão com Pau-de-fita**, que era a marca da participação popular nas festas de Nossa Senhora da Conceição, e o **Roubo das imagens de São José**, que se davam quando não chovia até o dia do santo (19 - k) março). Quem roubasse uma imagem sua deveria rezar de porta em porta para favorecer as chuvas. Os moradores costumavam recompensar com prendas para fazer a festa do fechamento dos festejos de São José

As **curandeiras**, ainda que em menor número que antes, continuam exercendo sua função divina com a mediação de alguns elementos naturais, como **Mangirioba** (já rara na região) salgueiro e outros ramos.

O bairro Cruz das Almas, também ligado ao momento histórico de aldeamento possui ainda a cruz que motiva se nome e que teria sido trazida pelos primeiros catequizadores que chegaram a então Aldeia Paiacu.

Os **Santuários** abrigam histórias que enfatizam o controverso entendimento da fé por parte dos pacajuenses. Geralmente, as personagens reverenciadas nos santuários ou no imaginário popular são mártires que ainda que sejam pecadores, santificam-se por terem sofrido muito. O Santuário de **D. Iracema** antigamente localizado perto da ponte que é parte da BR 116, construída sobre o canal que deságua no açude Arerê. D. Iracema teve, neste lugar uma morte trágica em um acidente de trânsito que tirou a sua vida e a de seus filhos. Desde então, ela é lembrada e reverenciada, fazendo pessoas alcançarem graças.

Sobre a história de **Maria Celestina** que dá nome a um santuário de Itaipaba, conta-se que três pessoas, um homem e duas mulheres sendo que uma estava grávida, vinham a cavalo, do Rio Grande do Sul em direção ao município de Canindé. Durante a noite, se arrancharam embaixo de árvores as margens do rio Pacoti. Na mesma noite, o homem que viajava matou a mulher grávida para roubar uma quantia em dinheiro que a mesma trazia para usar, caso fosse preciso comprar algumas coisas para o seu filho que estava prestes a nascer. No dia seguinte alguns caçadores perceberam que seus cachorros estavam cavando buracos nas margens do rio e, ao se aproximarem, perceberam que era o corpo de uma mulher grávida que tinha sido assassinada a faca. A partir do ocorrido as pessoas da comunidade começaram a fazer promessas para Maria Celestina e logo eram atendidas. A história dos milagres logo se espalhou. Em seguida formou-se uma romaria, onde pessoas de toda a redondeza passaram a frequentar o local do assassinato em todo 1º de novembro de cada ano. No local da romaria foi construído um açude e foi retirada a cruz que é o símbolo da morte da Maria Celestina. O mesmo casal entrevistado doou um terreno para construção de uma pequena capela, local que hoje foi abraçado pelo pároco de Pacajus para serem realizadas missas mensais oportunidade em que os devotos podem fazer suas orações em agradecimento as graças alcançadas.

O **Negro do Tucum**, que segundo depoimentos, chamava-se Henrique, foi linchado barbaramente na cidade por ter matado o pequeno irmão e a mãe da mulher que desejou e raptou. Depois de ter sido encontrado, foi severamente punido pela população da cidade. Por ter sofrido grande tortura ao ser arrastado por um carro, sucessivamente espanado e lançado de alturas ao chão, o homem foi, depois de sua morte, entendido como alguém que se purificou pelo martírio. Há pessoas que fazem promessa para ele e alcançam graças. Não há santuário em sua memória.

Lendas. Há relatos que, na cidade, reforçam a crença em figuras do nosso folclore nacionalmente reconhecido como o lobisomem a caipora, o curupira etc.

Além disso, conta-se que existia uma **Lagoa Encantada** atrás da Igreja Mãe, que aparecia dando a ilusão de que existia uma grande extensão d'água, e desaparecia como uma miragem. Junto ao imaginário ligado à religião temos a lenda **da Retirada da Santa**. A imagem de Nossa Senhora da Conceição, trazida de Portugal, foi dada à Igreja Mãe a pedido dos caboclos que, anteriormente, pediram a santa que intercedesse a favor deles nos conflitos de terra que na época assolavam o aldeamento. Depois de muito tempo, os caboclos tentaram deslocar a santa da Igreja Mãe para a Igreja Matriz, mas não conseguiram. Segundo a lenda, a santa teria se virado para a Igreja Mãe e, pelos caboclos insistirem em transportar a imagem, começaram a sentir um grande peso sobre o corpo. A crença de que a santa teria provocado esta sensação fez com que os caboclos a colocassem de volta ao lugar que ela indicava desejar ficar.

Temos também a história da **Pedra encantada**, que está associada a aparições de pessoas trazendo chaves dourada. Quem as recebesse poderia se encantar na pedra ou, para desencantar-se deixar um pouco de sangue nela. A Pedra é um grande rochedo aparentemente leito de quartzo e localiza-se às margens do riacho Ereré onde este, toca as proximidades do distrito de Queimadas.

A Bola de fogo (ou "Batatão") já assustou muitas pessoas, perseguindo-as no meio da mata em plena luz do dia ou no meio da noite. Populares contam que a bola saltava de uma árvore a outra até encontrar alguém para seguir gerando grande temor.

Há ainda a lenda do **Buraco da Izaura** (ou Rosalia, segundo outros depoimentos). Izaura usava a água empoçada em uma parte da atual margem da BR 116 para fazer tudo que precisava. Alguns contam que ela era uma mulher de vida difícil e banhava-se sem muitos pudores na beira da estrada provocando o desejo dos viajantes. Um dia, ela foi morta no lugar onde sempre se exibiu, e onde, segundo o que se conta, nunca faltou água.

Em 03 de fevereiro de 2020, foi inaugurado o “**MEMORIAL PADRE CORIOLANO**” que presta uma homenagem histórica a ele, por seus quarenta anos como pároco de Pacajus, e por sua relevância para a vida sociopolítica-econômica de nossa cidade. Homem devoto às coisas da Igreja e do povo em geral.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA PARA O PERÍODO DE 2024 A 2034

DOS DESAFIOS, DIRETRIZES, OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS, METAS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES CAPÍTULO I - DESAFIOS

1. Garantir o repasse de no mínimo 2% do orçamento público anual da Prefeitura Municipal de Pacajus para a Secretaria de Cultura e 1% dos impostos próprios para o Fundo Municipal de Políticas Culturais-FMPC de forma progressiva até o fim da vigência deste plano.
2. Garantir a consolidação e promoção do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura conforme a Lei nº 266/2013.
3. Garantir as atualizações dos Sistemas Estadual e Sistema Nacional de informações e indicadores Culturais (SNIC) sempre que necessário, criando ferramentas digitais de georreferenciamento para mapear as informações sobre cultura do Município de Pacajus.
4. Fomentar a difusão, a circulação e o consumo de bens culturais produzidos pelas diversas linguagens, levando em consideração as características do território (zona urbana e rural).
5. Fomentar práticas sociais de sensibilização, conservação e proteção patrimonial nos diferentes segmentos sociais.
6. Garantir a realização do mapeamento cultural do Município de Pacajus, como recurso indispensável para o reconhecimento do patrimônio material e imaterial, das demandas e reivindicações referentes aos bens e serviços da culturais que promove as diversas manifestações culturais.

7. Garantir programas de formação artística e cultural continuados, com certificação, voltados para a qualificação de artistas, gestores e fazedores de cultura, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Ministério da Cultura e outras instituições afins.
8. Garantir via orçamento municipal da Secretaria de Cultura, recursos para apoiar grupos culturais que trabalham com novos processos de produção e distribuição, como também, aos já existentes, que colaborem em dar acesso ao público a bens e serviços culturais.
9. Criar meios de comunicação que divulguem ampla e democraticamente as ações culturais do município.
10. Incentivar a criação de veículos de comunicação independentes, estimulando e fomentando a comunicação popular, a educomunicação, com o uso de ferramentas livres, viabilizando programa continuado de formação para todos os públicos.
11. Garantir a criação, reestruturação e manutenção de equipamentos culturais que respeitem a política de acessibilidade às pessoas com deficiência.
12. Garantir e Fomentar a realização das atividades previstas no calendário cultural do município, incluindo as novas iniciativas propostas pela sociedade civil.
13. Descentralizar a política cultural do município, garantindo a realização e circulação de atividades artísticas na zona rural.
14. Articular parcerias com instituições e empresas para financiamento da produção cultural local, garantindo a fruição de bens e serviços culturais a população, o que contribui como indicador de melhoria da qualidade de vida.
15. Garantir o consumo de produtos da agricultura familiar no cardápio das instituições municipais, como forma de preservação da cultura gastronômica tradicional.
16. Conciliar acessibilidade da cultura ao respeito aos direitos autorais. (ver as leis e código de postura municipal).
17. Mapear e certificar as Organizações da Sociedade Civil- Osc's e Pontos de Cultura, dentro das diretrizes da Lei Nº 13.018, de 22 de Julho de 2014 que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva.
18. Garantir o mapeamento e busca ativa nos territórios, visando a democratização das ações de acesso à cultura nos equipamentos educacionais e da assistência social.
19. Garantir o acesso dos fazedores de cultura, organizados em coletivos ou não, de suporte e estrutura básica para a realização de suas ações e ocupação de espaços públicos (som, palco, etc.).
20. Garantir a contratação de artistas, mestres da cultura para promover ações formativas, valorizando a salvaguarda da cultura popular tradicional, com cachês pagos com recursos do Fundo Municipal de Cultura.
21. Garantir e fomentar as ações dos corpos estáveis e criativos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus (Banda de Música, Biblioteca Pública, Centros Culturais, Museus, Casas de Memória e Espaços dos Artesãos).

CAPÍTULO II - DIRETRIZES

1. PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

- Reconhecer e valorizar a diversidade, proteger e promover as artes e expressões culturais;
- Identificar e difundir o patrimônio cultural do município, garantindo o direito à memória e ao conhecimento do passado.

2. EDUCAÇÃO, ACESSO E CIDADANIA

- Estimular a organização de instâncias consultivas;



- Construir mecanismos de participação da sociedade civil;
- Garantir o planejamento a execução de políticas públicas visando à formação de profissionais ligados a arte e a cultura, consolidando o acesso, a produção e fruição da cultura, descentralizando os equipamentos e as práticas culturais do município;
- Ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores;
- Incorporar à organização da cidade a sua cultura;
- Garantir acesso das pessoas com deficiências e das minorias sociais aos espaços, acervos e atividades culturais;

3. ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Ampliar a participação da cultura, no desenvolvimento socioeconômico, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura, induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;
- Estimular o diálogo entre os setores públicos, privados, os agentes da cultura em prol do desenvolvimento da produção cultural do município;
- Potencializar os segmentos da cultura na produção, fruição e circulação de bens e serviços.

4. GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA

- Fortalecer a função do município na institucionalização das políticas culturais;
- Intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural;
- Consolidar a execução de políticas públicas para cultura.
- Fortalecer o sistema municipal de cultura com a participação efetiva dos munícipes
- Incentivar a participação popular nos processos de gestão e institucionalidade da cultura.

CAPÍTULO III - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

- I - Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional;
- II - Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- III - Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV - Promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;
- V - Universalizar o acesso à arte e a cultura;
- VI - Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- VII – Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- VIII – Estimular a sustentabilidade socioambiental;
- IX – Desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;
- X – Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- XI – Qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;
- XII – Profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;
- XIII - Descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;
- XIV – Consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
- XV - Ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;
- XVI – Articular e integrar sistemas de gestão cultural.

CAPÍTULO IV - METAS

As metas abaixo são baseadas no quantitativo de agentes culturais cadastrados no Mapa Cultural de Pacajus, onde se tem 538 agentes até 24 de abril de 2024. Deve-se fazer um panorama deste quantitativo informado daqui a dez anos, tendo uma atualização de dois em dois anos.

1. Garantir a efetivação do Sistema Municipal e que esteja em consonância com o Sistema Nacional e Estadual de Cultura. (ODS 4, ODS 17)

Elaborar e implementar as leis componentes do Sistema Municipal de Cultura.

É imprescindível para a realização de uma política de Estado em cultura a sincronização institucional, entre os municípios e os Governos Estadual e Federal através da implementação do Sistema Municipal de Cultura. Este é composto basicamente, por uma secretaria de cultura ou órgão equivalente, por um Conselho Municipal de Política Cultural regulamentado e ativo, o Plano Municipal de Cultura e o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (Fundo Municipal de Cultura) implementados. Os Sistemas Setoriais? (Patrimônio, Arquivo Público, Bibliotecas e Fóruns das Linguagens Artísticas, Tradição Popular e outras categorias culturais), também compõem o Sistema, todo ele é feito em conjunto com a sociedade civil organizada e com as perspectivas voltadas para atividades contínuas que depois de construídas, serão também realizadas e avaliadas democraticamente através de mecanismos que o próprio Sistema oferece.

O que mudar?

Neste marco Legal da cultura, lançamos ao mesmo tempo a legislação necessária para o início das ações efetivas na cultura. Os Sistemas Setoriais, porém, deverão ser feitos depois deste Marco e da articulação dos órgãos, entidades e produtores culturais interessados, que diante de distorções/crises políticas, sua efetivação vem ainda se consolidando.

O que fazer para mudar?

Apesar de já existir uma Lei de Patrimônio no Município Nº 45/2009, é preciso que haja reestruturação da mesma para que ela esteja em consonância com as exigências nacionais do Sistema Nacional e Municipal de patrimônio, sendo que o último será produzido depois do lançamento do Marco Legal da Cultura de Pacajus. É necessário também um suporte institucional para o CMPC, com secretaria para organizar reuniões dos sistemas setoriais, que visitem as comunidades para trazer diagnóstico mais atualizado, trazendo demandas e questões para que nas reuniões do conselho sejam deliberadas. precisa de uma equipe do movimento cultural, recursos, espaço físico próprio e materiais para pleno funcionamento e autonomia.

2. 90% de participação de agentes culturais no Sistema Nacional de informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e na ferramenta digital Mapa Cultural de Pacajus com o fim de atendê-los com ações de promoção da diversidade cultural. (ODS 4, ODS 17)

Articular agentes culturais na alimentação da plataforma SNIIC, no **Mapa Cultural de Pacajus** e apoiar culturas populares e tradicionais.



A Plataforma SNIIC, lançada recentemente pelo Governo Federal, foi criada com a finalidade de unificar as informações culturais e torná-las mais acessíveis tanto para o público consultor quanto para os produtores culturais e governos.

Anteriormente, eram usados os Sistemas Estaduais e Municipais e Informações e Indicadores Culturais, mas problemas na atualização dos tais Sistemas tem tomado os mesmos obsoletos, indicando que o Ministério deveria unificar as informações culturais de todo o país e abarcando sua diversidade. A nova ferramenta implementada pelos estados e municípios é o **Mapa Cultural de Pacajus**. Esta será interligada ao SNIIC. Ele deverá auxiliar produtores e agentes culturais tanto em seu trabalho quanto em sua promoção, além de facilitar ações do poder público sobre eles.

O que mudar?

Ao invés de planejar um Sistema de informações e Indicadores Culturais municipal, devemos contribuir com a Plataforma SNIIC para tornar as informações acessíveis ao grande público, à rede econômica e empreendedora atuante na área cultural e ao Sistema Nacional da Cultura.

O que fazer para mudar?

Para que o município de Pacajus contribua com dados para a Plataforma SNIIC, a secretaria de cultura deverá ser protagonista na inscrição de novos agentes culturais, com busca ativa em comunidades e escolas, promovendo a acessibilidade no ato das inscrições, promovendo mutirões de oficinas que orientem agentes culturais no ato do preenchimento das informações, que se dá por meio digital e com entendimento dos mecanismos que a página do SNIIC oferece para atender ao registro das diferentes manifestações culturais. Criaremos também a página de georreferenciamento da cultura municipal para a facilitação de acesso do governo e de quem mais se interessar à rede de serviços e atividades culturais dos cadastrados.

3. Mapear as manifestações culturais do território municipal. (ODS 4, ODS 17)

Territorializar manifestações artísticas espontâneas e incentivá-las.

É necessário conhecer o que é feito em cultura para que se possa investir nela e no seu potencial. Poder determinar onde e que tipos de atividades são promovidas ajuda a incentivar e preservar as ações culturais e ainda avaliar os resultados dos projetos apoiados pelo poder público.

O que mudar?

Os Mapeamentos culturais mais recentes foram construídos por escolas municipais. O último Mapeamento Cultural feito pela Secretaria foi concluído no ano de 2006 e por sua obsolescência, não pode servir de referência no planejamento de ações. Toma-se urgente, portanto, a elaboração de um Mapeamento Cultural de dois em dois anos que ofereça informações por meio de várias mídias e esteja estruturado por um método consistente de pesquisa.

O que fazer para mudar?

Fazer um Mapeamento Cultural exige uma produção especializada e auxílio de pesquisadores que possam assessorar a formatação do mesmo e a melhor organização e acessibilidade das informações. Seria

necessária, portanto, a organização de uma equipe para executar o mapeamento dentro destes moldes e promovê-los com um bom plano de comunicação e os recursos midiáticos da prefeitura (site etc.).

4. Aplicar política, legislação e procedimentos de proteção, valorização e preservação do patrimônio sobre 60% dos bens materiais, imateriais e naturais reconhecidos no município. (ODS 4, ODS 11, ODS 17)

Tombar, registrar e realizar outras ações sobre 60% dos patrimônios reconhecidos e defendidos por lei nº 45/09.

A partir do Mapeamento Cultural e do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, a urgente demanda de tombamento poderá ser concretizada com o rigor da legalidade. O patrimônio imaterial, pelo seu próprio caráter intangível, é o mais ameaçado por concentrar em si justamente os hábitos e modos de fazer que identificam uma cultura como tal, mas que, com o passar dos anos e com novas tecnologias, se tornam impraticados. Para que o fazer se conserve, é necessário um programa de educação patrimonial para que todos estejam conscientes da importância de suas atividades.

O que mudar?

Não há nenhum bem material, imaterial ou natural do município que seja tombado ou reconhecido como patrimônio cultural e/ou histórico no município de Pacajus.

A cidade precisa ter uma regulamentação voltada para o Patrimônio Cultural, de modo defendê-lo, garantindo sua sobrevivência perante as novas culturas.

O que fazer para mudar?

Além de regulamentar procedimentos, consolidar sistemas e mapear possíveis patrimônios, é necessário iniciar, de fato, o que a lei determinar para o bem deles incluindo também um programa de educação patrimonial a ser aplicado em parceria com a educação e a população geral. A lei nº 45/09, que dispõe sobre o Patrimônio Cultural de nossa cidade, se tornou incipiente por falta de um Sistema de Patrimônio que o alicerçasse. A referida Lei também precisaria ser reformada, pois ela não contempla todas as necessidades técnicas referentes ao trato com as prioridades, sítios, manifestações, hábitos, saberes ou bens que podem vir a se tornar Patrimônio Cultural. É necessário, portanto, reformular a Lei em questão e criar também o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural para assegurar a integridade das heranças culturais e promovê-las.

5. Ampliar o mapeamento em 80% dos grupos produtivos de economia criativa.

Organizar e difundir o mercado cultural para que o trabalhador cultural esteja economicamente ativo e tenha sustentabilidade em seu próprio ofício, é indispensável que ele faça parte de uma rede de mercado que o torne valorizado. Para tanto, é necessário seu reconhecimento dentro deste mercado.

O que mudar?

Existem ainda em Pacajus muitos produtores culturais que trabalham do modo independente, sem visibilidade econômica e comercializando fora do município.

O que fazer para mudar?



Rastrear as atividades rentáveis ligadas à cultura e registrá-las de modo que o mapeamento sirva à viabilização da construção de projetos de incentivo à economia criativa do município.

6. Ampliar o mapeamento em 60% dos territórios criativos do município. (ODS 4, ODS 11)

Incentivar as produções dos territórios criativos municipais.

Segundo o Plano Nacional de Cultura, podemos chamar de territórios criativos “bairros, cidades ou regiões que apresentam potenciais culturais criativos capazes de promover o desenvolvimento integral e sustentável, aliando preservação e promoção de seus valores culturais e ambientais.” Estes potenciais criativos podem ser desenvolvidos com o apoio das políticas públicas e fazer com que sejam gerados sítios culturais financeiramente autônomos, parceiros do poder público na promoção da identidade cultural e na criação de novas culturas ambientais.

O que mudar?

Investigar os territórios criativos junto às secretarias municipais de interesse e legitimá-los como tais através de chancela (selo) do MINC.

O que fazer para mudar?

Reconhecer com selo de utilidade pública artística e cultural territórios criativos no município de Pacajus agraciados pela Prefeitura Municipal e pelo MINC.

7. Apoiar, a nível municipal, no mínimo 200 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local. (ODS 4, ODS 11, ODS 12, ODS 17)

Incentivar a autogestão financeira e administrativa dos projetos locais.

É dever da Secretaria de Cultura do Município orientar, e não gerir, os projetos idealizados pela população. Desse modo, estima-se que, no curso de dez anos, possam ser feitas ações de fomento à independência de agentes culturais para que, futuramente, existam também mais incentivos financeiros recompensados por maior índice de contrapartidas asseguradas.

O que mudar?

É expressiva a falta de projetistas com o mínimo de formação para o planejamento, a realização e a finalização de projetos culturais em Pacajus.

Algumas iniciativas se deram em ONGs da cidade, mas ainda se configuram como ações pontuais tendo em vista a dimensão geográfica e econômica do município e seu potencial cultural.

O que fazer para mudar?

Fazer articulação entre as três instâncias governamentais para promover, projetos idealizados e realizados em parceria com sociedade civil, capacitando novos projetistas a realizarem projetos em suas comunidades, bairros etc., assim como incentivar parcerias com empresas e assessorias também são possíveis ou necessárias, caso futuramente, haja grande demanda da comunidade cultural por estas ações.



8. 40% de impacto dos aspectos culturais no turismo local. (ODS 4, ODS 11, ODS 12, ODS 17)

Encadeamento entre patrimônio, projetos e comercialização de produtos culturais.

O turismo, além de requerer a percepção administrativa econômica sobre bens e serviços, pede, quando relacionado à cultura, a sensibilidade gestora na boa promoção do que, culturalmente, deve ser ao mesmo tempo usado e preservado.

É imprescindível o entendimento de que o turismo está a serviço da promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento sociocultural, e não que a cultura está a serviço de um crescimento econômico sem critérios e sem comprometimento com a sustentabilidade.

O que mudar?

O turismo não tem alicerces fixos na cidade. Os polos culturais existentes estão precarizados, não determinam roteiros culturais que possam oferecer dinâmica social, cultural e econômica ao município e é pouca a atratividade gerada pela cidade, sendo difícil até mesmo quantificar o índice de atividades turísticas e de visitantes que, no decorrer dos anos, tenham investido no entretenimento da localidade.

O que fazer para mudar?

Investir em novas infraestruturas, aliar territórios culturais, ações culturais, centros recreativos e culturais públicos e privados, estabelecimentos e polos de circulação de produtos culturais.

9. Formalizar 80% dos empregos informais do setor cultural. (ODS 4, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 17)

Estabelecer relações formalizadas no consumo de bens e prestação de serviços culturais.

A geração de renda e a seguridade social da maior parte dos produtores culturais era, em grande parte, prejudicada pela falta de formalização dos empregos no setor. Considere-se como emprego formal aquele que abarca os empregados celetistas, estatutários, avulsos, temporários e outros considerados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), NA RELAÇÃO Anual de Informações Sociais (RAIS).

O que mudar?

A maior parte dos serviços prestados no campo das artes não é formalizada.

O que fazer para mudar?

Identificar os agentes culturais e incentivá-los a tornarem-se trabalhadores formais.

10. Ações culturais sistematizadas e periódicas difundidas em 100% das escolas municipais através de projetos ou reforma curricular. (ODS 4, ODS 17)

Escola como espaço de difusão cultural.



A cultura enquanto fonte de conhecimentos diversos deve ter espaço assegurado nas diversas instituições educacionais do município para que a escola se torne um dos principais equipamentos difusores das práticas culturais.

O que mudar?

A pauta cultural não é organizada de modo a integrar-se ao currículo e criar uma dinâmica que interfira positivamente na rotina educativa e no processo de aprendizagem dos educandos.

O que fazer para mudar?

Articular todas as escolas municipais em torno de um planejamento, junto à Secretaria de Cultura, para projetar uma série de programas educacionais e projetos culturais em sinergia. Os planos de execução e avaliação deverão estar pautados em recíproca contribuição de ambos os setores para a consolidação de um positivo resultado desta iniciativa.

11. Fomentar cursos técnicos no campo cultural e artístico. (ODS 4, ODS 17)

Profissionalização dos trabalhadores da cultura.

É requisito para um bom empreendedorismo e investimento cultural o uso de alguns conhecimentos técnicos por parte dos próprios idealizadores das iniciativas culturais. Por isso os cursos técnicos, hoje, são entendidos como ferramentas importante na multiplicação das atividades culturais.

O que mudar?

Oferecer cursos que sejam mantidos pela Secretaria de Cultura e Turismo do Município.

Não há em Pacajus cursos técnicos ligados ao segmento cultural e promovidos pela iniciativa do poder público.

O que fazer para mudar?

Realizar cursos em parceria com outras instituições de educação técnica e que atendam às demandas e às perspectivas culturais dos agentes, produtores e prestadores de serviços que existem ou venham a surgir na cidade.

12. 80% de trabalhadores culturais dos saberes tradicionais e da Escola de Artes reconhecidos e repassando conhecimentos certificados pelo MEC. (ODS 4, ODS 8, ODS 17)

Valorização e formalização dos saberes e práticas tradicionais e populares.

Os conhecimentos das práticas populares estão sofrendo constante ameaça, pois as novas formas de cultura estão tomando mais espaço no cotidiano das novas gerações, deixando os antigos modos de fazer sem continuidade e comprometendo, assim, as tradições deles advindas.

O que mudar?

Criar oportunidades e espaços para o repasse e a sistematização dos conhecimentos que integram as tradições populares.

Criar contexto e lugar institucionalizados para o repasse e a sistematização dos conhecimentos que integram as tradições populares.

O que fazer para mudar?

Através do mapeamento cultural será feito o reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais e populares e a sua territorialização.

Com isto, deverá ser feita a formalização das suas práticas em parceria com o MINC e a SECULT, de modo que possamos emitir certificação, criar material didático, remunerar os mestres e fazer todos os procedimentos necessários para dar visibilidade e zelar pela preservação dos conhecimentos em pauta nesta meta.

13. Oferecer qualificação gratuita e continuada para o público em geral. (ODS 4, ODS 8, ODS 17)

Formação para sociedade civil e poder público.

A necessidade de qualificação técnica dos produtores culturais é necessária à progressiva qualidade da própria produção cultural, não há possibilidade de se gerar mercado cultural sem que todas as partes envolvidas no processo saibam administrar empreendimentos ligados à economia da cultura, marketing cultural, criação de projetos e de parcerias com entidades públicas e privadas.

O que mudar?

Qualificação gratuita de pessoas em cursos, oficinas, fóruns e seminários.

O que fazer para mudar?

A Secult Pacajus através de parcerias com entidades públicas e privadas e de notório conhecimento na área cultural para oferecer os cursos de interesse do setor cultural. De igual modo, a própria sociedade civil pode propor ao poder público ou a outras instituições parcerias para que a própria sociedade possa promover cursos de igual caráter com o apoio da secretaria de cultura.

14. Média de 50% de habitantes municipais lendo 2 livros por ano fora do aprendizado formal. (ODS 4, ODS 10, ODS 17)

Leitura integrando o cotidiano.

Consolidar a leitura como hábito e desafio tanto da cultura quanto da educação.

Principais vetores de conhecimento e cultura, os livros precisam também ser valorizados, comercializados e distribuídos de modo a gerar mais acessibilidade às suas mais diversas edições e alterações e editorações e ampliar circulações.

O que mudar?

As leituras contempladas pelo aprendizado formal não são, ainda, completamente, aproveitadas pelos estudantes das mais diversas etapas escolares.

Implementação da Lei 13.696 da lei municipal de Livro e Leitura.

O que fazer para mudar?

Construir sistema de bibliotecas públicas com atividades contínuas realizadas em parcerias com às comunidades e o poder público, dinamizando atividades em leitura e em seus desdobramentos multimídia.

15. Promover a exibição de obras audiovisuais em espaços públicos culturais, institucionais, não institucionais, alternativos e convencionais. (ODS 4, ODS 11, ODS 17)

Propagar apreciação do cinema nacional.

O audiovisual tem se mostrado umas das atividades culturais mais forte e que mais mobilizam os mais diversos setores sociais. As projeções são a principal ação incentivadora de novas produções e formações na área.

O que mudar?

A cidade, hoje, tem locais com salas de exibição privadas em Shopping e em OSCS, mantidas com recursos privados e cine clubes.

O que fazer para mudar?

Construir equipamento cultural com espaços adequados e acessíveis para a exibição cinematográfica.

Junto a construção de um equipamento cultural, é necessária a mobilização social em torno da arte cinematográfica de modo que projeções já existentes ampliem seus campos de atuação.

16. Fomentar em 90% o número de trabalhadores da cultura. (ODS 4, ODS 8, ODS 17)

Incentivar atividades autônomas em arte e cultura, articulando espaços inclusivos que aliem formação, discussão e difusão cultural multiplicam ações em grupos e fazem surgir interessantes projetos de criação.

O que mudar?

No município, há pessoas que promovem atividades culturais independentes, coletivos e em grupos, embora os mesmos, por vezes, se reúnem apenas objetivando realizar projetos que podem temporariamente e não continuamente, gerando, portanto, inconstância de ações coletivas e consequente ausência de coletivos artísticos, necessitando o exercício de atividades mais sistematizadas.

O que fazer para mudar?

Mobilizar a apresentação de projetos culturais ao poder público e à comunidade, lançar editais, promover cursos de formação técnica em cultura e incentivar os projetos dos grupos coletivos e agentes culturais



existentes através de revitalização de projetos já realizados ou apoio aos novos, bem como incentivar o uso dos espaços públicos e independentes na realização de atividades culturais.

17. Criação e Implementação da Política Municipal de Cultura Viva em Pacajus. (ODS 4, ODS 17)

Os Pontos de Cultura estão inseridos no Programa Cultura Viva, que dá oportunidade para que a cultura através da iniciativa da sociedade civil e de ações transversais, incentive a multiplicidade e alta propagação de ações culturais em vários territórios brasileiros.

O que mudar?

Há Pontos de Cultura no Município, embora necessitem de suporte técnico.

O que fazer pra mudar

Acompanhar e dá suporte e implementação da lei, para criação e sistematização de pontos de cultura, além da certificação dos mesmos.

18. 80% da produção e circulação de atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos municipais, estaduais e federais. (ODS 4, ODS 8, ODS 17)

Incentivo a inserção de projetos locais em editais e programas do governo municipal, estadual e federal. Programas federais como Lei Paulo Gustavo e PNAB, além de editais municipais, que são instrumentos de democratização do financiamento às ações em cultura.

O que mudar?

Grupos, coletivos, artistas independentes, produtores culturais, pontos de cultura, dentre outros, devem receber recursos, municipais, estaduais e federais, destinados a atividades culturais, para além de recursos mediante patrocínio e iniciativas próprias.

O que fazer para mudar?

Oferecer a comunidade cultural, em parceria com as instâncias municipal, estadual e federal, cursos que a capacitem para concorrer aos financiamentos oferecidos pelo governo federal. É necessário também articular as esferas de governo na construção de mais editais e outras políticas de apoio constantes para atividades culturais.

19. Aumentar bilheteria de apresentações locais em 100%. (ODS 4, ODS 8, ODS 17)

Fazer com que a procura por cultura aumente, tem sido um dos mais desafiantes objetivos do mercado cultural e a mais urgente necessidade de produtores.

O que mudar?

A bilheteria das apresentações considerando que estas se realizam de forma independente, expressa que a população pacajuense ainda não compreende cultura como entretenimento e prática que se insere em seus hábitos cidadãos. Poucos ingressos são vendidos embora tenham preços acessíveis. Além disso muitas



apresentações só acontecem em espaços alternativos e que ainda não tem estrutura para abrigar atividades culturais mais complexas e ricas em produção e planejamento.

O que fazer para muda?

Os trabalhos de marketing cultural aliados a produções de crescente qualidade podem gerar uma grande demanda, por parte do público, de eventos e lugares que ofereçam condições favoráveis ao massivo e constante contato com a produção cultural local. Além de fomentar a produção cultural é necessária a construção ou adaptação de instalações públicas que assegurem adequada recepção de público e de eventos/apresentações culturais.

20. Aumento de 100% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música. (ODS 4, ODS 10, ODS 17)

Incitar hábitos que incluam apresentações e consumo cultural é trabalho que exige cooperação entre Secretaria de Cultura, produtores culturais e outras instituições e setores, como educação, esporte e turismo.

O que mudar?

Os espaços culturais existentes como praças e quadras, precisam ser mais utilizados pela sociedade civil.

O que fazer para mudar?

Embora ainda não haja espaços culturais - como teatro, as mobilizações em torno de um incentivo a fruição cultural já podem ser acionadas pelo público. A Secretaria de Cultura e Turismo envolvida diretamente com a pauta cultural devem gerar incentivos em conjunto para agregar valores sociais e financeiros e comunidades ao ato de interagir com lugares e ações de criação e difusão cultural.

21. 80% dos bairros, distritos do município com amostra de cineclubes. (ODS 4, ODS 11, ODS 17)

Promoção de exhibições, apreciações, produção de crítica e conhecimento teórico sobre cinema.

O cinema tem vários espaços digitais de disseminação de suas produções. Isto, em Pacajus, tem beneficiado pessoas que, apesar da falta de um cinema no município, desejam assistir e se manter informadas sobre as obras cinematográficas de referência do circuito hollywoodiano, alternativo, brasileiro, dentre outras. Há, portanto, um potencial para cineclubes no município por já haver grupos com interesse na área.

O que mudar?

Existem espaços que realizam atividades de cineclube, embora não sejam um número expressivo (e que por sua vez estão situados na sede e nas áreas periféricas, e que precisam ser ampliados, assim como novas iniciativas.

O que fazer para mudar?

Contratar grupos/pessoas que tenham interesse em fomentar cineclubes e pactuar incentivos e contrapartidas, de modo que as práticas destes possam se disseminar em todo o território municipal.



Aliadas a isso devem estar a realização de editais e a instalação de espaços que propiciem as práticas dos cineclubes e os incentivos à capacitação para novos cinéfilos.

22. Fomentar e Intensificar a leitura e a pesquisa na Biblioteca Pública Municipal e desta para sua ampliação municipal. (ODS 4, ODS 17)

Promover ações que despertem o interesse do público em geral pela leitura e pesquisa

Muitas ações bem-sucedidas no incentivo à leitura são mais bem planejadas em conjunto e ganham maior abrangência quando a rede de biblioteca é constituída e executa suas atividades concomitantemente. A rede gera dinâmica de circulação do livro, trocas de saberes e intercâmbio e beneficiamento não só entre leitores, mas também entre instituições educacionais a diversas comunidades locais que constroem identificação e reflexões com suas culturas através também, da leitura.

O que mudar?

A rede de bibliotecas ainda não foi criada em Pacajus. Ela deve ser composta pela biblioteca municipal e todas as outras da cidade, instalados em escolas públicas e particulares e ONGs.

O que fazer para mudar?

A Secretaria de Cultura, por meio da Biblioteca Pública Municipal, deverá fazer cadastramento e articulação entre as bibliotecas ativas no município e o poder público deverá planejar, junto a estas bibliotecas, então constituintes de rede, os projetos, seus custos e aparatos técnicos.

23. Adaptação e manutenção das praças públicas, para o exercício de ações artísticas e culturais (ODS 4, ODS 11, ODS 17)

Para atrair novos públicos e produções, deve se promover ações culturais nas mais diversas linguagens, e que atraiam o público em geral para prestigiar e fortalecer a circulação de produções culturais e locais

O que mudar?

O pensamento de que a praça pode ser um espaço de promoção artístico e cultural.

O que fazer para mudar?

Apoiar e dá manutenção as produções artísticas e culturais da cidade.

24. 100% de gestores e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pela Prefeitura municipal, Secretaria do Estado ou Ministério da Cultura. (ODS 4, ODS 17)

Qualidade e democracia na gestão da cultura no município.

A falta de gestões capacitadas prejudica sobremaneira a atuação da cultura em sociedade e, principalmente de sua preservação. Apenas uma gestão firmada em claros conceitos históricos e políticos da cultura pode conduzir adequadamente o bom rumo das diversas ações culturais. A necessidade citada na meta anterior aplica-se ao Conselho Municipal de Política Cultural. Como órgão fiscalizador da gestão, o Conselho deve

dar concretas contribuições aos direcionamentos dados pelo município à cultura, fazendo cumprir o Plano Municipal de Cultura em consonância com o Plano Nacional de Cultura

O que mudar?

Ainda não há gestores capacitados especificamente na pauta da cultura embora a formação de nível superior da maioria dos administradores da área tenha contribuído para importantes realizações. Atualmente apenas uma pequena parte dos conselheiros é capacitada.

O que fazer para mudar?

Articular com outros níveis de governo o pleito de vagas para os cursos por eles oferecidos e promover outros para própria gestão. A Secretaria de Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural podem juntos articular parcerias através das quais os cursos estaduais federais cheguem ao município dando aos conselheiros o acesso aos cursos.

25. 100% dos grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações, de Comunicação para a Cultura. (ODS 4, ODS 17)

Mídias a serviço da diversidade cultural municipal. Redes Sociais, documentários, redes de TV, rádios particulares públicas comunitárias ou escolares contribuem muito para sobrevivência e permanência de todas as culturas em especial das tradicionais.

O que mudar?

Atualmente, as redes sociais são um veículo de fácil e rápido acesso. É preciso intensificar e dar mais visibilidade a toda forma de expressão artístico cultural.

O que fazer para mudar?

Todo planejamento é essencial para a busca dos melhores resultados. Resultados estes que podem vir com uma comunicação mais presente, onde de fato a cultura acontece.

26. 100% dos seguimentos representados no Conselho Municipal de Política Cultural com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados. (ODS 4, ODS 17)

O Conselho Municipal de Política Cultural parte de discussões, pactos e geração de grupos representativos por parte da sociedade civil. É importante para todo segmento cultural a organização social em torno de uma mobilização que proporcione diálogo entre sociedade civil e governo em torno das necessidades de cada categoria.

O que mudar?

Oferecer uma formação continuada para conselheiros, visando Conselho Municipal de Política Cultural não tem representação de todos os segmentos artísticos e culturais que existem na cidade desenvolvendo atividades culturais.

O que fazer para mudar?



Por conta das novidades no contexto das políticas públicas para o fomento à cultura, tem sido crescente a busca pela criação e aprimoramento de Conselhos de Cultura, uma instância de participação que tem ganhado espaço no intuito de organizar uma governança mais próxima da comunidade cultural. Assim, essa proposta se apresenta no intuito de capacitar conselheiras(os) de cultura para desenvolver suas funções com maior propriedade e conhecimento a respeito da gestão pública da cultura. Assim, serão introduzidos os conceitos envolvidos nessa área e oferecer ferramentas para o desenvolvimento de políticas culturais estruturantes e que contribuam com o desenvolvimento dos municípios.

27. Realizar as conferências municipais com 100% dos grupos e segmentos artísticos e culturais participando ativamente. (ODS 4, ODS 17)

As Conferências Municipais de Cultura são encontros propositivos que constroem entendimento, reflexão e pactuação entre sociedade civil e poder público acerca dos mecanismos institucionais de intervenção política sobre a cultura de um município. Sendo a sociedade civil que legitima a Conferência como marco do processo democrático na construção de políticas públicas, é imprescindível que todos os segmentos culturais estejam presentes e proponham em igualdade.

O que mudar?

As cinco Conferências Municipais de Cultura já realizadas foram agregando, paulatinamente, os grupos e setores sociais identificados com a pauta de modo que, no último evento, já foi encontrada uma boa representação de cada categoria cultural ativa no município. No entanto, é preciso motivar constante aprimoramento da discussão cultural.

O que fazer para mudar?

Intensificar chamadas públicas e realizar pré-conferências, articulando sociedade civil organizada e grupos de efetiva produção cultural não só para presença nas conferências, mas também para acompanhamento da gestão mediante comunicação com o Conselho e realização dos fóruns e colegiados dos setores culturais.

CAPÍTULO V - ESTRATÉGIAS E AÇÕES

1. Gestão e institucionalidade da cultura.

1.1. Promover Intersetorialidade no planejamento e na realização das ações culturais da prefeitura;

1.1.1. Realizar planejamento estratégico que una os trabalhos das secretarias do município e CMPC para a concretização das políticas públicas em cultura.

1.1.2. Criar um Comitê Gestor das Secretarias Municipais para organização dos eventos do Calendário Cultural do Município;

1.1.3. Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização, do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura;



1.1.4. Construir instrumentos integrados de preservação, salvaguarda e gestão do patrimônio em todas as suas vertentes e dimensões, incluindo o desenvolvimento urbano, turismo, meio ambiente, planejamento etc.;

1.1.5. Estabelecer parceria com a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, visando à maior formalização dos trabalhadores do setor cultural;

1.1.6. Estabelecer uma política voltada ao desenvolvimento de ações culturais para a infância e a adolescência, as mulheres, as relações de gênero e LGBT, as raciais e étnicas com a financiamento e modelo de gestão compartilhada e intersetorial;

1.1.7. Promover a articulação do Conselho Municipal de Política Cultural com outros da mesma natureza voltados as políticas públicas das áreas afins a cultural;

1.1.8. Propor a formação de consórcios intermunicipais, de modo a elevar a eficiência e a eficácia das ações de planejamento a execução de políticas regionais de cultura;

1.1.9. Desenvolver metodologias de mensuração dos impactos do turismo na cultura, no contexto municipal;

1.1.10. Criar programas que promovem ações culturais, atendimento social e intercambio entre as comunidades tradicionais, afrodescendentes, indígenas e os remanescentes destes grupos por meio de parcerias entre SECULT CE e a Prefeitura de Pacajus;

1.1 11. Estimular a criação de programa municipal de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos alternativos de exibição, cineclubes escolas, centros culturais, bibliotecas públicas e museus, criando uma rede de exibição de audiovisual;

1.2. Incentivar a criação de instâncias participativas, como fóruns de linguagens, seminários, conferências etc. que contemplem todos os segmentos da cultura local;

1.2.1. Ampliar a participação social no monitoramento, avaliação e revisão de programas, projetos e ações;

1.2.2. Realizar seminários para fortalecimento da participação popular no diálogo e na cooperação entre os municípios

1.2.3. Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência público;

1.2.4. Adotar protocolos que promovam o uso dinâmico do arquivo público; municipal assegurando amplo acesso da população e disponibilizando conteúdos; multimedia;

1.3. Firmar parcerias com sociedade civil organizada e descentralizar ações culturais;

1.3.1. Fortalecer a participação popular, o diálogo, a cooperação entre os municípios da região metropolitana;



1.3.2. Estimular a organização formal dos setores culturais em sindicatos, associações, federações e outras entidades representativas apoiando a estruturação de planos e providências e de seguro patrimonial para os agentes envolvidos em atividades artísticas culturais;

1.4. Garantir amparo legal a ações do governo municipal e aos agentes culturais;

1.4.1. Criar editais periódicos de ações culturais nos diversos segmentos e linguagens;

1.4.2. Propor Lei Municipal que destine, no mínimo, 10% dos recursos dos eventos culturais para cachê de apresentação dos artistas locais;

1.4.3. Assegurar, através de projeto de lei enviado à Câmara Municipal, a isenção fiscal para empresas e instituições que desenvolvam programas e projetos em todos os segmentos da cultura, bem como aos artistas e agentes autônomos;

1.4.4. Garantir e assegurar o uso de Fundo Municipal de Cultura através também de editais para todos os segmentos da cultura do município;

1.4.5. Criar o Sistema Municipal do Patrimônio Cultural;

1.4.7. Criar lei que fiscalize e vete o conteúdo de apologia à violência, à discriminação étnico-racial, de gênero, religiosa, de orientação sexual e geracional, vinculadas em eventos municipais;

1.4.8. Promover a defesa de direitos associados ao patrimônio cultural, em especial os direitos de imagem, autoral e de propriedade intelectual coletiva de populações detentoras de saberes tradicionais e de trabalhos culturais diversos, envolvendo-as nessa ação;

1.4.9. Criar uma campanha de incentivo de registro dos profissionais do setor cultural e de promoção à contratação de profissionais de carteira assinada;

2. Fortalecer, melhorar e garantir infraestrutura e programação e corpo técnico dos equipamentos da Secretaria de Cultura e Turismo na sede do município.

2.1. Adequar os equipamentos culturais para que atendam as expectativas de pessoas com necessidades especiais;

2.1.1. Criar rede de bibliotecas no município;

2.1.2. Criar polo de Artesanato;

2.1.3. Dá apoio ao Memorial Pe. Coriolano e outros espaços de preservação de bens culturais;

2.1.4. Ampliar Biblioteca Municipal e seu acervo;

2.1.5. Incentivar a utilização dos espaços públicos existentes para a realização de manifestações artísticas e culturais. Ex. praças, quadras, estádio (municipal, entorno do Complexo Turístico Beira-Açude, mercados públicos, ruas e avenidas;



2.1.6. Construir Centro Cultural com teatro, espaços multifuncionais, galeria de arte, cinema etc.;

2.1.7. Garantir corpo técnico qualificado e programação continua para os equipamentos culturais do município, valorizando as vocações locais;

2.1.8. Apoiar os produtores locais do segmento audiovisual e radiodifusão comunitária no processo de migração de tecnologia analógica para a digital criando inclusive linhas de crédito para atualização profissional e compra de equipamentos;

2.1.9. Institucionalizar um calendário cultural, com ações contínuas e itinerantes.

3. Garantir a revisão e aplicação das leis que visam o desenvolvimento de políticas culturais continuadas.

3.1. Realizar as conferências municipais nos períodos estabelecidos pelo Governo Federal;

3.2. Sensibilizar a sociedade civil para fazer o controle social das políticas públicas de cultura através da participação nos Conselhos;

3.3. Aumentar a presença de representantes dos diversos setores artísticos e culturais nos conselhos e demais fóruns dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas de cultura, setoriais e intersetoriais, assim como de especialistas, pesquisadores e técnicos que qualifiquem a discussão dessas Instâncias participativas;

3.4. Divulgar registros e documentos elaborados nos eventos de participação popular por meio das mídias diversas;

3.5. Incentivar a realização dos Fóruns das diversas linguagens artísticas

3.6. Utilizar as mídias sociais e os meios de comunicação em massa, como Rádio e TV, para divulgar produções culturais e artísticas locais;

3.7. Criar site oficial da Secretaria Municipal de Cultura;

3.8. Propor, por meio do Conselho Municipal de Política Cultural reuniões dos Fóruns a cada dois meses;

3.9. Divulgar as etapas de avaliação e monitoramento das propostas do Plano Municipal de Cultura de maneira participativa a cada 2 (dois) anos, envolvendo todos os segmentos da sociedade e governo;

3.10. Disseminar subsídios para formulação, implementação, gestão e avaliação das políticas culturais;

3.11. Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais quilombolas na elaboração, implementação acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas;

3.12. Estimular a adesão de artistas, autores, técnicos, produtores e demais trabalhadores da cultura a programas que ofereçam planos de previdência e complementar específicos para esse segmento;



3.13. Articular os sistemas de comunicação, principalmente, internet, rádio e televisão, ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e acompanhamento das políticas culturais;

3.14. Disponibilizar informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no município e a gestão pública das políticas culturais;

3.15. Promover, na Câmara municipal, espaço permanente de diálogo e fóruns de debate sobre a cultura, abertos a população e aos segmentos culturais;

3.16. Instituir o selo de responsabilidade cultural.

4. Produção Simbólica e Diversidade Cultural

4.1. Incentivar, difundir e valorizar a diversidade da cultura local.

4.1.1. Ampliar calendário cultural do município, de modo que contemple as diversas manifestações da/na zona rural (Pega do Boi, Corrida do Jumento e outras) e urbana;

4.1.2. Reconhecer e apoiar o movimento da Cavalgada e outras manifestações culturais rurais;

4.1.3. Realizar festivais e mostras periódicas para os diversos segmentos artísticos;

4.1.4. Dar apoio técnico/financeiro para os grupos e associações culturais;

4.1.5. Estimular as manifestações culturais das comunidades, propiciando uma maior interação entre elas;

4.1.6. Fomentar os processos criativos dos segmentos de audiovisual, arte digital, videoarte, documentários, animações, internet e outros conteúdos para as novas mídias.

4.2. Fortalecer, ampliar e viabilizar as políticas patrimoniais e o reconhecimento do Patrimônio Cultural Material, Imaterial, Natural e Arqueológico do Município.

4.2.1. Efetivar o tombamento dos bens culturais materiais e registro dos bens Imateriais;

4.2.2. Realizar levantamento e divulgação da memória indígena de Pacajus,

4.2.3. Fazer um levantamento, revitalizar, tomba e converter espaços históricos (Casas de farinha, Engenhos etc.) em espaços culturais das comunidades rurais e urbanas;

4.2.4. Preservar os monumentos e prédios históricos do município;

4.2.5. Criar programa de educação patrimonial (com produção de cartilhas e outros projetos didáticos) em parceria com a Secretaria de Educação e/ou outras instâncias e órgãos municipais, estaduais e federais, contemplando todas as manifestações, culturas, etnias, heranças e histórias do município;

4.2.6. Realizar programa de roteiro cultural que contemple os patrimônios naturais, materiais e imateriais das zonas rurais (Pedra do Urubu, Centro Cultural dos Quilombos da Base e outros) e urbanas;



4.2.7. Criar um selo de Responsabilidade Ambiental visando o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio natural do Município,

4.3.8. Criar programas que viabilizem o financiamento para conservação e preservação do patrimônio edificado, documental e museológico do Município (Memorial Pe. Coriolano);

4.4.9. Fomentar projetos que visem preservar e difundir as brincadeiras e brinquedos populares, cantigas de roda, contações de histórias, jogos lúdicos, adivinhações, e expressões culturais similares;

4.2.10. Reconhecer a atividade profissional dos mestres de ofício por meio do título de "notório saber"

4.2.11. Promover as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio municipal material e imaterial, bem como registro, a preservação e a difusão de suas práticas;

4.2.12. Realizar encontros periódicos (oficinas, seminários, cursos palestras etc.) em parceria com a SECULT-CE, Ministério Público, IPHAN, SEMACE, Secretarias Municipais e instituições de ensino superior, visando à sensibilização e o esclarecimento sobre a legislação de preservação do Patrimônio Cultural, com a presença dos gestores públicos e da sociedade civil;

5. Garantir a realização e atualização periódica de um mapeamento cultural da cidade.

5.1. Atualizar o mapeamento constantemente;

5.2. Registrar a história das localidades em diversas mídias e materiais didáticos;

5.3. Promover oficina sobre preencher Mapa Cultural e organização de portfólio;

5.4. Promover a elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas, incluindo seus ritos e festas;

5.5. Documentar todos os bens simbólicos existentes da cidade e cadastrar todos os novos bens.

5.6. Incentivar a realização de pesquisa, documentação e promoção dos grupos étnicos (comunidades tradicionais, povos e grupos populares).

5.7. Revitalizar as festas tradicionais do município (Festas juninas e outras) e inseri-las no calendário cultural do município;

5.8. Disseminar ações culturais da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombolas e de outras organizações culturais que venham a se constituir;

5.9. Fortalecer memória e manifestações de grupos étnicos, religiosos e tradicionais locais (índios, negros etc.), inserindo datas emblemáticas destes grupos no Calendário Municipal de eventos;

5.10. Apoiar publicações de pesquisas históricas e culturais feitas sobre o município;

6. Fortalecer o ensino municipal, valorizando a diversidade artísticas, étnica e cultural do município.



- 6.1 Participar da consolidação da política dos tesouros vivos da cultura;
- 6.2 Realizar levantamento e divulgação da memória indígena de Pacajus;
- 6.3 Implantar programa que promova rodas de memória e contação de histórias, visando ao intercâmbio entre gerações e artistas tradicionais em todo o município;
- 6.4 Implantar a política dos Agentes de Leitura;
- 6.5 Criar bolsas, programas e editais específicos que diversifiquem as ações de fomento as artes, estimulando sua presença nos espaços cotidianos de experiência cultural dos diferentes grupos da população; e a promoção de novos editais;
- 6.7 Criar uma cartilha para sensibilizar os cidadãos para preservação do patrimônio público;
- 6.8. Oferecer capacitação técnica em cursos teóricos continuados para os artistas, artesãos, produtores e gestores culturais do município para que os mesmos possam produzir e disseminar a cultura da cidade;
- 6.9. Oferecer Cursos de Elaboração de Projetos, Captação de Recursos e Prestação de Contas para agentes culturais cadastrados no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;
- 6.10. Ampliar a formação continuada de profissionais ligados à área cultural (gestores e agentes culturais) direcionada para todas as regiões do município;
- 6.11. Implantar assessoria técnico aos artistas da zona rural e urbana nas diversas linguagens;
- 6.12. Dar apoio técnico-financeiro para as quadrilhas e associações comunitárias;
- 6.13. Estabelecer programas de rede de equipamentos culturais voltados para atividades de formação para a crítica e reflexão cultural;
- 6.14. Estabelecer parcerias entre o município, instituições de ensino técnico e superior a fundações privadas, bem como associações e órgãos representativos setoriais, visando à profissionalização em arte e cultura.
- 6.15. Implementar iniciativas de capacitação e fomento ao uso de meios digitais de registro, produção, design e difusão cultural;
- 6.16. Promover atividades de capacitação aos agentes e organizações culturais proponentes ao financiamento estatal para elaboração, proposição e execução de projetos culturais, bem como capacitação e suporte jurídico e contábil a fim de facilitar a elaboração de prestação de contas e relatório de atividades;
- 7. Firmar parcerias com escolas e outros segmentos da sociedade para divulgação, produção e reconhecimento da produção cultural;**



7.1. Conduzir atividades artístico-culturais às escolas e outras instituições relacionadas à educação, bem como levar estudantes, educadores e outros membros da comunidade escolar onde a cultura tem seus sítios;

7.2. Revitalizar as Gincanas Culturais do Município;

7.3. Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques de lazer e cultura, como objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente da infância e juventude;

7.4. Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para atuação como agentes de difusão de leitura, contadores de história e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus entre outros equipamentos culturais comunitários;

8. Garantir o acesso aos bens públicos culturais;

8.1. Criar um Polo cultural para cada Região;

8.2. Criar programa de visita guiada, visando livre acesso e o conhecimento dos logradouros de valor histórico-cultural;

8.3. Criar projetos para incentivar a ocupação de espaços não convencionais – como as praças, tornando-os locais de produção e apresentação cultural;

8.4. Promover o uso de tecnologias que facilitem a produção e a fruição artístico-cultural das pessoas com deficiência;

8.5. Ampliar o acesso a fruição cultural por meio de programas voltados para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas com a oferta de transportes, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais;

8.6. Fomentar unidades móveis com infraestrutura adequada para a criação e apresentação artísticas, oferta de bens e produtos culturais, atendendo as comunidades de todo o município, especialmente de regiões rurais e periféricas;

8.7. Estimular, com suporte técnico-metodológico, a oferta de oficinas de especialização artísticas e culturais, utilizando inclusive a veiculação de programas de formação em sistemas de rádio e televisão;

8.8. Promover apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição;

8.10. Criar um programa de fomento que viabilize projetos e apresentações artísticas para deficientes;

8.11. Ampliar a circulação da produção artística e cultural, valorizando as expressões locais e intensificando o intercâmbio no território nacional, com constante troca de referências e conceitos, promovendo calendário de eventos regulares e de apreciação crítica e debate público;

8.12. Instituir programas para formação de agentes culturais aptos ao atendimento a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiências e pessoas em sofrimento psíquico;



8.13. Fomentar a associação entre produtores independentes e emissoras na produção e difusão de documentos e de obras de ficção para rádio, televisão, cinema, internet e outras mídias;

9. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável

9.1 incentivar a articulação para o fomento de organizações e grupos que se identificam como empreendimentos criativos;

9.1. Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação o fortalecimento da economia de cultura;

9.3. Difundir entre os empregadores e contratantes dos setores público e privado informações sobre os direitos e obrigações legais existentes nas relações formais de trabalho na cultura;

9.4. Sensibilizar o comércio local através de campanha em parcerias com as entidades do comércio para impulsionar a comercialização de produtos da terra seja artesanato ou produtos de agricultura familiar;

9.5. Implantar, em parcerias com as empresas empregadoras, programas de acesso à cultura para o trabalhador pacajuense, que permitam a expansão do consumo e o estímulo à formalização do mercado de bens, serviços e conteúdos culturais;

9.6 Criar programa de incentivo à participação dos artistas na prática do empreendedorismo individual;

9.7. Estabelecer critérios transparentes para o financiamento público de atividades que fortaleçam a diversidade local, o bem-estar social e a integração de esforços pelo desenvolvimento sustentável e socialmente justo;

10. Valorizar o potencial turístico-cultural do município.

10.1 Estabelecer parceria entre as Secretarias municipais na construção de serviços de turismo cultural para geração de emprego e renda;

10.2 Articular os órgãos federais, estaduais e municipais e representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação da política intersetorial de cultura e turismo estabelecendo modelos de financiamento e gestão compartilhada e em rede;

10.3. Estabelecer uma tabela de valores atualizada periodicamente, que referencie produtos, serviços e cachês dos profissionais atuantes no setor cultural;

10.4. Inserir os produtos culturais os criadores e artistas nas estratégias de qualificação e promoção do turismo assegurando a valorização cultural dos locais e ambientes turísticos;

10.5. Fomentar programas integrados de formação e capacitação sobre arte, arquitetura, patrimônio histórico e imaterial, antropologia e diversidade cultural para os profissionais que atuam no turismo;

10.6. Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura;



11. Potencializar os segmentos da cultura na produção, fruição e circulação de bens e serviços.

11.1. Criar uma rede entre produtores, produtos e consumidores para geração de mercado cultural, congregando agentes e/ou organizações culturais.

11.2. Criar incentivo financeiro na forma de financiamento aos pequenos produtores culturais;

11.3. Promover e realizar feiras culturais itinerantes para mostra, apresentações a comercialização das produções;

11.4. Fomentar e estimular a construção de sítios eletrônicos e dispositivos alternativos de distribuição e circulação comercial de produtos permitindo a integração dos diversos contextos e setores a uma circulação nacional e internacional;

11.5. Apoiar a criação de espaços de circulação de produtos culturais para o consumo doméstico, criando ofertas de qualidade e distribuição nacional que permita a diversificação do mercado interno e absorção das produções locais;

11.6. Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial, dinamizando e promovendo o empreendedorismo e a cultura do ecodesign;

11.7. Fomentar e incentivar modelos de gestão eficientes que promovam o acesso as artes, ao aprimoramento e a pesquisa estética e que permitam o estabelecimento de grupos sustentáveis e autônomos de produção;

11.8. Estimular pequenos e médios empreendedores culturais e a implantação de Arranjos Produtivos Locais para produção cultural;

11.9. Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade local sem prejuízo da diversidade, por meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais;

12. Produzir conhecimento sobre as ações que tenham a cultura como vetor de desenvolvimento;

12.1. Identificar e catalogar matérias-primas que servem de base para os produtos culturais e criar selo de reconhecimento dos produtos culturais que associem valores sociais, económicos e ecológicas;

12.2. Fomentar a capacitação a o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentáveis de matérias primas e produtos relacionados às atividades artísticas a culturais;

12.3. Estimular o equilíbrio entre a produção artística e as expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, valorizando as manifestações e a economia da cultura local, estimulando sua interação com referências nacionais;

12.4. Implantar, ampliar e atualizar espaços multimídias em instituições equipamentos culturais, conectando-os em rede para ampliar a experimentação criação, fruição e difusão da cultura por meio da tecnologia digital democratizando as capacidades técnicas de produção, os dispositivos de consumo e a recepção das obras e trabalhos, principalmente aqueles desenvolvidos em suportes digitais;



12.5. Avançar na qualificação dos trabalhadores da cultura, assegurando condições de trabalho, emprego e renda, promovendo a profissionalização do setor dando atenção às áreas de vulnerabilidade social e de precarização urbana e a segmentos populacionais marginalizados;

12.6. Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição cultural, visando o equilíbrio entre as diversas fontes e a redução das disparidades regionais e desigualdades sociais com prioridade para os perfis populacionais e identitários historicamente desconsiderados, em termos de apoio, investimento e interesse comercial;

12.7. Oferecer apoio técnico as iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais em parcerias com poderes públicos, organizações sociais, instituições de ensino e de iniciativa privada, entre outros;

12.8. Realizar campanhas e desenvolver programas com foco na formação, informação e educação do turista para difundir adequadamente a importância do patrimônio cultural existente, estimulando a comunicação dos valores, o respeito e o zelo pelos locais visitados.

12.9. Fomentar e fortalecer as modalidades de negócios praticadas pelas comunidades locais e pelos residentes em área de turismo, fortalecendo os empreendedores tradicionais em sua inserção nas dinâmicas comerciais estabelecidas pelo turismo;

12.10. Aprofundar a inter-relação entre cultura e turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores;

12.11. Instituir programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural, bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais;

12.12. Desenvolver programas de estímulo à promoção de negócios nos diversos setores culturais.

